



Plano de Engajamento de Partes Interessadas (Conceitual)

Data: 29 de novembro de 2025

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	5
2.	LIMITAÇÃO	8
3.	MÉTODO	9
4.	CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS EM SÃO FRANCISCO DO CONDE/BA	9
4.1	HEFA	10
4.2	DUTOVIA	13
4.3	UTILIDADES E INSTALAÇÕES ASSOCIADAS	14
5.	INICIATIVAS DE ENGAJAMENTO IMPLEMENTADAS	15
5.1	MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO COM AS PARTES INTERESSADAS EXTERNAS E INTERNAS	15
5.1.1	Padrão de Gestão de registro, tratamento e resposta de Manifestações da Comunidade	15
5.1.2	Canal de Ética Acelen Renováveis	18
5.2	PROJETOS DE INVESTIMENTO SOCIAL	19
5.2.1	Projeto Acelera Pesca	19
5.2.2	Projeto Acelera Conselhos Comunitários Consultivos (CCC)	20
5.2.3	PROJETO ACELERA OSC	21
5.2.4	Projeto Jornada Jovem Acelen	21
5.2.5	PROGRAMA Acelen Incentiva	21
5.3	CONSULTA LIVRE, PRÉVIA E INFORMADA (CP) COM COMUNIDADES NO ENTORNO DA HEFA	22
6.	MAPEAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	24
7.	IMPACTOS E PREOCUPAÇÕES DAS PARTES INTERESSADAS	26
7.1	IMPACTOS E PREOCUPAÇÕES IDENTIFICADOS DURANTE AS CONSULTAS PRÉVIAS	26
7.2	IMPACTOS IDENTIFICADOS A PARTIR DOS ESTUDOS AMBIENTAIS DO EMPREENDIMENTO	30
8.	ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DE ENGAJAMENTO	42
9.	ASPECTOS-CHAVE E RECOMENDAÇÕES PARA O ENGAJAMENTO	51

SIGLAS E ABREVIATÖES

Sigla	Descrição
AA1000SES	AccountAbility Stakeholder Engagement Standard
ABFA	Advanced Biofuels Association
CCCs	Conselhos Comunitários Consultivos
CP	Consulta Prévia
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CORSIA	Carbon Offsetting and Reduction Scheme for International Aviation
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EPC	Engineering, Procurement, and Construction (Engenharia, Suprimentos e Construção)
ERM	Environmental Resources Management
GEE	Gases de Efeito Estufa
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
HEFA	Hydroprocessed Esters and Fatty Acids
HPU	Hydrogen Production Unit
HVO	Hydrotreated Vegetable Oil
ICAO	International Civil Aviation Organization
IFC	International Finance Corporation
Imaflora	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
LA	Licença de Alteração
LT	Linha de Transmissão
MEI	Microempreendedor Individual
MQR	Mecanismo de Queixas e Reclamações
OSCs	Organizações da Sociedade Civil

Sigla	Descrição
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAE	Plano de Atendimento a Emergência
PEP	Plano de Execução do Projeto
PD	Padrões de Desempenho
PSA	Pressure Swing Adsorption
RAIA	Relatório de Análise de Impacto Ambiental
SAF	Sustainable Aviation Fuel
SEP	Stakeholder Engagement Plan
SEPROMI	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais
SIGA	Sistema Integrado de Gestão de Segurança, Saúde e Meio Ambiente
TECAM	Terminal de Candeias
TEMADRE	Terminal Madre de Deus
TEMAT	Terminal de Mataripe
UCO	Used Cooking Oil

1. INTRODUÇÃO

A Acelen Renováveis, uma empresa investida do Grupo Mubadala (empresa de energia da Mubadala Capital), estabelecerá uma biorrefinaria com tecnologia HEFA ("HEFA" – *Hydroprocessed Esters and Fat Acids*) para a produção de diesel renovável (do inglês: *Hydrotreated Vegetable Oil* – HVO, ou Óleo Vegetal Hidrotratado) e querosene sustentável de aviação (do inglês: *Sustainable Aviation Fuel* – SAF) a partir de uma planta nativa brasileira, a macaúba, a qual será processada em centros agroindustriais, também operados pela empresa, e que abastecerão a HEFA.

Para efeitos deste relatório, o "Projeto" deverá ser entendido como a HEFA e suas instalações associadas, notadamente os dutos que conectam o empreendimento ao Terminal Madre de Deus (TEMADRE) para recebimento dos insumos e distribuição da produção, além da linha de transmissão e conexões dos sistemas de fornecimento e distribuição de água e gás.

O SEP visa ao atendimento dos Padrões de Desempenho (PD) do International Finance Corporation (IFC).

Conforme alinhado com a Acelen Renováveis, o desenvolvimento do SEP se dará em três etapas:

- Na etapa 1 foi elaborado um SEP conceitual para a HEFA e suas instalações associadas.
A HEFA está em fase de projeto e sua instalação está prevista para ser iniciada no primeiro semestre de 2026. A HEFA será instalada em região próxima à Refinaria de Mataripe (REFMAT), e os dutos serão instalados em uma dutovia existente, operada pela Transpetro, que também atende a REFMAT; e a estrutura de fornecimento de água que ligará HEFA e REFMAT será integralmente instalada em terreno sob a responsabilidade da Acelen Renováveis. Diante disso, os dados indicam que as partes interessadas afetadas pelas operações ou com interesse nelas são similares. Assim, este SEP considerou que as estratégias e ações de engajamento atualmente realizadas pela Refinaria de Mataripe (REFMAT) servem como amostra e insumo para reproduzir modelo similar para a HEFA.
- Na etapa 2 (referente a este relatório) o SEP foi revisado para considerar resultados de estudos ainda em desenvolvimento pela ERM, como a Avaliação de Riscos em Direitos Humanos das Operações da Acelen Renováveis, que forneceu mais detalhamentos sobre riscos e impactos socioambientais e a classificação das partes interessadas.
- Na etapa 3 será elaborado o SEP conceitual para toda a operação, incluindo as atividades agrícolas e agroindustriais da Acelen Renováveis.

Cabe destacar que as atividades de engajamento propostas neste SEP conceitual poderão sofrer alterações nas próximas etapas, já que o projeto está em fase de desenvolvimento. Além disso, as estratégias de engajamento do SEP conceitual foram por hora definidas baseadas na experiência da REFMAT. Na medida em que tanto a empresa quanto as partes interessadas obtêm mais informações sobre o projeto, os objetivos do engajamento podem sofrer alterações, à exemplo da instalação da linha de transmissão e da tubulação de gás, cujos trajetos ainda estão sob análise da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA) e da BahiaGás, respectivamente.

O SEP considera as melhores práticas para o engajamento das partes interessadas, dentre as quais se destacam o Manual de Melhores Práticas para Fazer Negócios em Mercados Emergentes, as diretrizes do Padrão de Desempenho sobre Sustentabilidade Socioambiental nº 1 (Avaliação

e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais), ambas as referências publicadas pela IFC, além da AA1000 *AccountAbility Stakeholder Engagement Standard* (AA1000SES) e do Anglo American *Social Way*¹, em especial, as diretrizes da Seção 3A (Engajamento de Partes Interessadas), cujas principais diretrizes são sumarizadas a seguir.

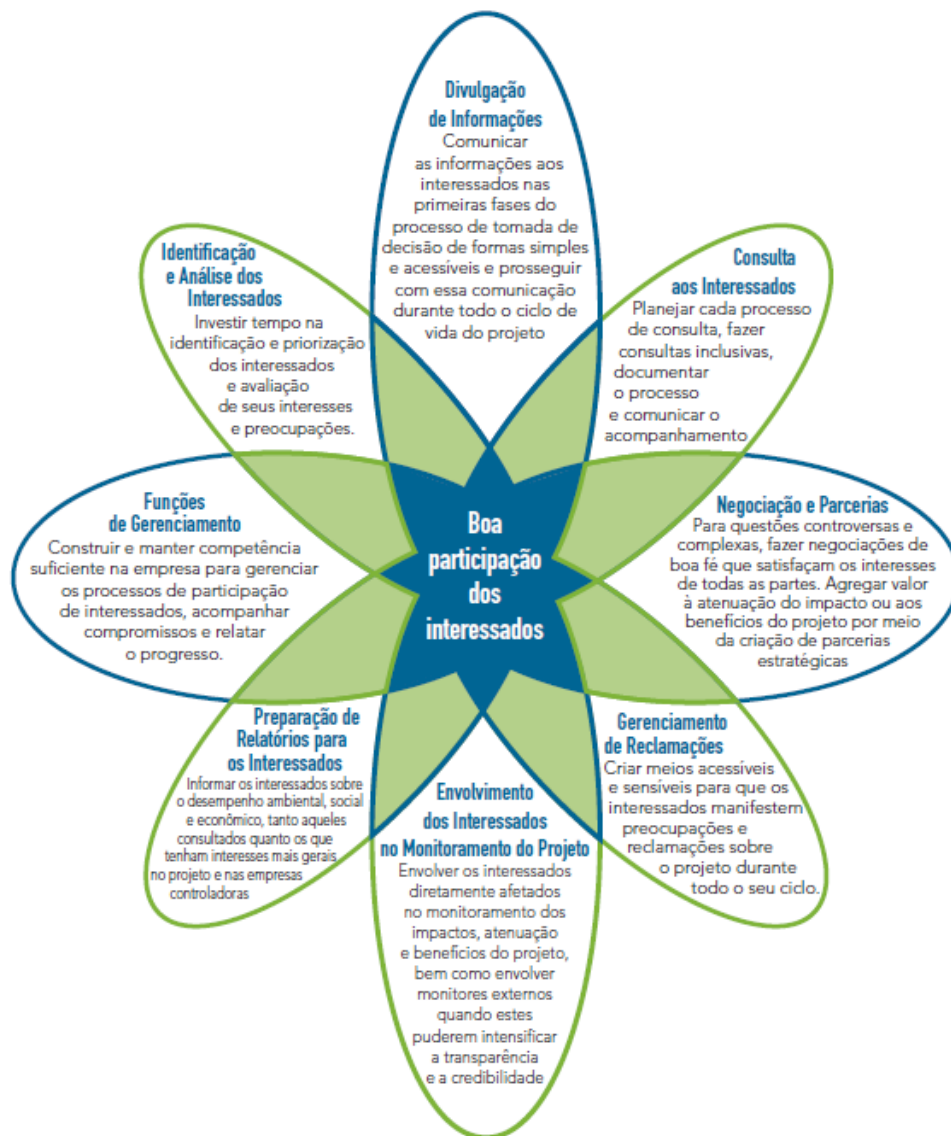
Conforme a AA1000SES², as partes interessadas não são apenas membros de comunidades ou organizações não governamentais, são indivíduos ou grupos de indivíduos ou organizações que afetam e/ou podem ser afetados pelas atividades, produtos ou serviços de uma organização e/ou desempenho associado com relação às questões a serem abordadas pelo engajamento. O engajamento das partes interessadas é o processo usado por uma organização para engajar as partes interessadas relevantes para um propósito claro de atingir resultados acordados, com o objetivo de identificar, compreender e responder às questões e preocupações de sustentabilidade, e a relatar, explicar e responder às partes interessadas por decisões, ações e desempenho.

Na Figura 1-1 são apresentados os componentes-chave para a participação das partes interessadas conforme diretrizes do Manual de Melhores Práticas para Fazer Negócios em Mercados Emergentes. A participação dos interessados é um termo abrangente que inclui as diversas atividades e interações entre a empresa e as suas partes interessadas ao longo do projeto.

¹ O Anglo American Social Way é um sistema de gestão de desempenho social desenvolvido pela Anglo American e que tem como objetivo minimizar os impactos negativos e criar um ambiente de prosperidade para as partes interessadas. O Anglo American Social Way está alinhado com os principais padrões internacionais, incluindo: Padrões de Desempenho da IFC; Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos; Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos, Princípios do *International Council on Mining and Metals* (ICMM), Iniciativa para Garantia de Mineração Responsável (IRMA) e Diretrizes da *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD) para Empresas multinacionais.

² AA1000 é uma série de normas internacionais da organização Accountability para gerenciar e aprimorar a responsabilidade corporativa e o desempenho em sustentabilidade. É composta por três diretrizes principais: a AA1000APS (Princípios de Responsabilidade), a AA1000AS (Garantia) e a AA1000SES (Engajamento de Stakeholders). A série ajuda as organizações a identificarem, priorizar e responder a questões de sustentabilidade, garantindo a credibilidade de seus relatórios sociais e de sustentabilidade.

FIGURA 1-1 COMPONENTES-CHAVE PARA A PARTICIPAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS



Fonte: Manual de Melhores Práticas para Fazer Negócios em Mercados Emergentes.

Ainda de acordo com o Manual de Melhores Práticas para Fazer Negócios em Mercados Emergentes, os princípios-chave de uma participação eficaz incluem:

- Fornecer informações em formato e linguagem que sejam prontamente compreensíveis e adaptadas às necessidades das partes interessadas;
- Fornecer informações antecipadamente de atividades de consulta e tomada de decisões;
- Divulgar informações em formatos e locais acessíveis às partes interessadas;
- Respeitar tradições, linguagens, cronogramas e processos de tomada de decisões locais;
- Diálogo bilateral que dê a ambos os lados a oportunidade de trocar pontos de vista e informações;
- Engajar mulheres, grupos vulneráveis e/ou minoritários na representação de pontos de vista;
- Processos livres de coerção ou intimidação;

- Mecanismos claros de resposta às preocupações, sugestões e queixas das partes interessadas; e
- Incorporar feedback das partes interessadas ao projeto e/ou atividades do projeto, e apresentar relatório às partes interessadas.

O engajamento das partes interessadas tem diversos objetivos, sendo o principal, a construção de relações mutuamente benéficas e de longo prazo com as partes interessadas do projeto. Quanto mais eficaz é o engajamento, mais as empresas estarão preparadas para tratar das questões importantes para as partes interessadas. Isto, conseqüentemente, levará a níveis mais altos de confiança e aceitação do projeto pelas partes interessadas. Os objetivos do engajamento das partes interessadas, conforme as diretrizes da Seção 3A (Engajamento de Partes Interessadas) do Anglo American Social Way, são sumarizados na Figura 1-2.

FIGURA 1-2 OBJETIVOS DO ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS



Fonte: Anglo American Social Way (Seção 3A - Engajamento de Partes Interessadas).

2. LIMITAÇÃO

O SEP conceitual ora apresentado foi desenvolvido com base nos documentos e informações disponibilizadas pela Acelen Renováveis, e, nesta primeira etapa, consideram a experiência e estratégias implementadas pela REFMAT.

O mapeamento das partes interessadas disponibilizado pela Acelen Renováveis se encontra, ainda, em estágio inicial de elaboração e considera os aprendizados adquiridos a partir das atividades de engajamento realizadas no âmbito da Refinaria de Mataripe, além das demandas específicas da Acelen Renováveis. Das 152 partes interessadas listadas – considerando-se a consolidação do mapeamento preliminar elaborado pela Acelen Renováveis e o rol de lideranças dos Conselhos Comunitários Consultivos (CCCs), 33 são integrantes do poder público e 88 são categorizadas como sendo da comunidade, as categorias mais predominantes. Destaca-se que na etapa 3 do Plano de Engajamento este mapeamento de partes interessadas poderá ser atualizado.

Desse modo, no SEP conceitual é apresentada uma listagem das partes interessadas já mapeadas pela Acelen Renováveis. Porém, durante a etapa 3, será elaborado o SEP conceitual para toda a operação, incluindo as atividades agrícolas e agroindustriais da Acelen Renováveis.

3. MÉTODO

Considerando a instalação da HEFA na área adjacente à REFMAT, as atividades adotadas para elaboração do SEP conceitual tiveram como principais objetivos compreender as atividades desenvolvidas pela REFMAT e sua distribuição territorial, as partes interessadas engajadas, o contexto socioeconômico da região de inserção do projeto, mapear os riscos, impactos e preocupações das partes interessadas previamente identificados pela empresa ao longo da operação da REFMAT e nesta primeira fase de comunicação e engajamento sobre a HEFA. Desse modo, as atividades para elaboração do SEP conceitual compreenderam a análise e consolidação de documentos fornecidos pela Acelen Renováveis, dentre os quais se destacam:

- Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Planta de Produção de Combustíveis Renováveis da Acelen em São Francisco do Conde/BA (AFRY, 2025);
- Relatório de Análise de Impacto Ambiental: Requerimento de Licença de Alteração (LA) - Expansão das operações do Terminal de Madre de Deus (H&F, 2025);
Padrão de Gestão de registro, tratamento e resposta de Manifestações da Comunidade (REFMAT, 2025);
- Relatório de execução das Consultas Livres, Prévias e Informadas da Biorrefinaria (Imaflora, 2025);
- Programas de Investimento Social (Acelen Renováveis, 2025).

4. CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS EM SÃO FRANCISCO DO CONDE/BA

O Projeto consiste em duas estruturas principais na área próxima à Refinaria de Mataripe S.A., localizada no distrito industrial de Mataripe, no município de São Francisco do Conde, no estado da Bahia, sendo elas:

- **HEFA:** Biorrefinaria para produção de SAF (Combustível Sustentável de Aviação) e diesel renovável (HVO, ou Óleo Vegetal Hidrotratado), utilizando óleos vegetais pré-tratados (do inglês: soy-based oil – SOB, ou óleo à base de soja) e matérias-primas residuais, incluindo óleo de cozinha usado (do inglês: used cooking oil - UCO) e sebo; e
- **Dutos:** recebimento de matérias-primas e despacho do produto final, conectando a biorrefinaria ao Porto (TEMADRE).

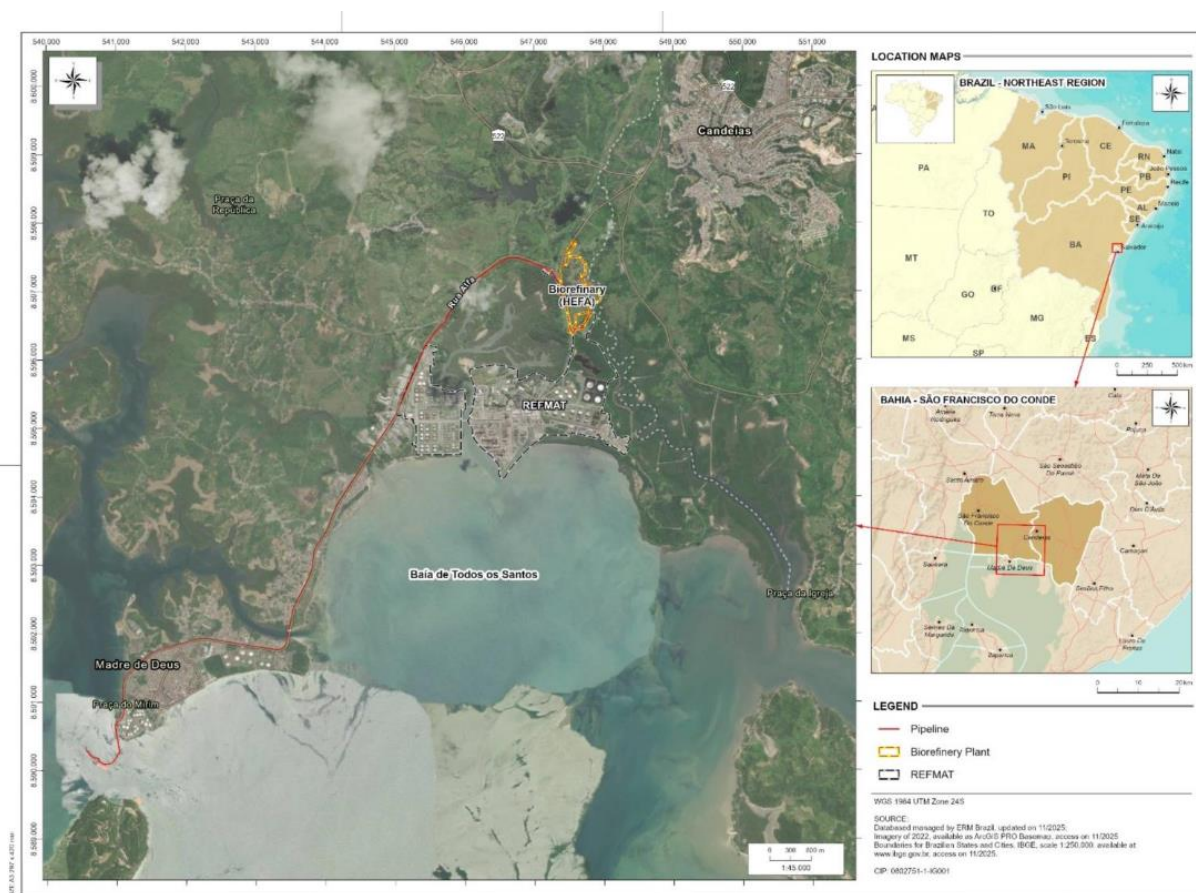
A construção e operação da HEFA e dos Dutos estão definidas da seguinte forma:

- **HEFA:** instalada e operada pela Acelen Renováveis.
- **Dutos:** instalados pela Acelen Renováveis e operados pela TRANSPETRO, empresa brasileira de transporte e logística de combustíveis (atual operadora envolvida na estrutura da REFMAT).

As seções seguintes apresentarão uma descrição detalhada dos componentes mencionados acima.

A Figura 4-1 mostra a localização da área planejada para a instalação da biorrefinaria e o traçado do duto, bem como a estrutura da REFMAT. Vale destacar que a área planejada para a instalação do duto é caracterizada por alta densidade populacional; ressalta-se que, embora a maior parte da faixa de servidão para sua instalação já existe, é prevista a necessidade de construção de um pequeno trecho de dutovia, em área fora das localidades com maior densidade populacional.

FIGURA 4-1 LOCALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES DA ACELEN RENOVÁVEIS EM SÃO FRANCISCO DO CONDE/BA



Fonte: ERM, 2025.

4.1 HEFA

A construção da HEFA está planejada para ocorrer em São Francisco do Conde, Bahia, Brasil, ocupando uma área de 590.265 m², com área construída de aproximadamente 432.981 m². A instalação foi projetada para processar a capacidade de até 20.000 barris por dia (bpd) de matéria-prima tratada para a produção SAF, mantendo total flexibilidade para produzir diesel renovável (HVO).

A HEFA terá flexibilidade para se adaptar a diferentes fontes de matéria-prima e atender a diferentes mercados finais (exportações para EUA, Canadá e Europa, por exemplo), tanto para HVO quanto para SAF.

O acesso à HEFA a partir do centro de São Francisco do Conde será pela Rodovia BA-522, aproximadamente 22 km, em direção ao distrito de Mataripe, até a entrada da Refinaria de Mataripe. O município de Candeias está localizado a cerca de 7 km da Refinaria de Mataripe, com acesso pela Rodovia BA-523.

A infraestrutura logística da HEFA incluirá o terminal portuário localizado no município de Madre de Deus, em Candeias, e a rodovia BA-523 ao redor da refinaria existente, em Mataripe.

Até o momento, nenhuma atividade de instalação ou construção foi iniciada. Neste momento, a Acelen Renováveis está definindo a empresa de Engenharia, Suprimentos e Construção (EPC) que será responsável pela instalação e construção do Projeto.

De acordo com o Plano de Execução do Projeto (PEP), a implementação está prevista para começar no primeiro semestre de 2026, com 33 meses de obras. Estima-se um pico de aproximadamente 3.600 trabalhadores civis, que serão acomodados em hotéis e imóveis alugados próximos à área do Projeto. Não está prevista a construção de alojamentos dentro do perímetro do Projeto.

As estruturas principais previstas no layout do Projeto incluem:

- Vias internas, pavimentação e paisagismo;
- Tanques de armazenamento para SAF/HVO;
- Sistema de ar comprimido;
- Sistema de água de resfriamento;
- Sistema de tratamento de água;
- Sistema de tratamento de efluentes;
- Sistema de água para caldeira/desmineralização;
- Flare;
- Estação de descarregamento de caminhões;
- Tanque de armazenamento de matéria-prima;
- Tanque de armazenamento de matéria-prima pré-tratada;
- HEFA+H2 – Comum;
- Produção – HEFA;
- Produção HPU/PSA;
- Utilidades gerais;
- Sistema de distribuição de energia elétrica;
- Prédio administrativo;
- Laboratórios;
- Armazém;
- Prédio de manutenção;
- Acesso, portaria principal e balanças;
- Brigada de incêndio;

- Refeitório;
- Telecomunicações / Tecnologia da Informação (TI) / Controle de acesso.

O Projeto envolve três utilidades essenciais — água, energia elétrica e gás natural — e a Acelen Renováveis já iniciou tratativas com as concessionárias responsáveis pelo fornecimento de cada um destes serviços para avaliar a viabilidade e definir responsabilidades para sua implementação.

O consumo de recursos está estimado para a fase operacional conforme a Tabela 4.1:

TABELA 4.1 CONSUMO DE RECURSOS

Recurso	Consumo/Hora	Consumo/Mensal
Gás natural	31 a 13.390 Nm ³ /h	-
Energia elétrica	-	25,4 MW
Água para consumo humano	1,9 m ³ /h	-
Água bruta	Até 450 m ³ /h	-

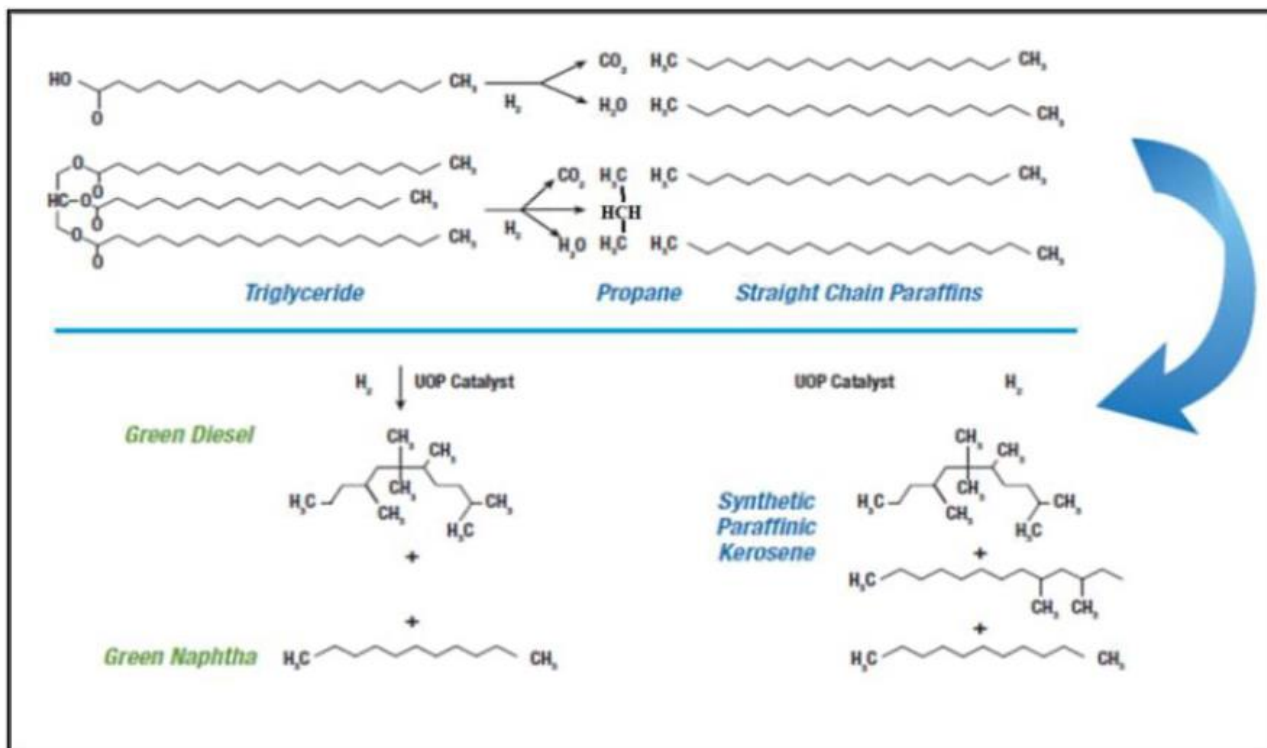
Fonte: Acelen Renováveis, 2025.

Prevê-se que a HEFA opere com aproximadamente 220 pessoas, 24 horas por dia, em três turnos.

Em relação ao processo de produção HEFA, a hidrogenação é realizada introduzindo-se hidrogênio na matéria-prima sob condições específicas, como alta temperatura e pressão. Esse processo converte inicialmente as duplas ligações carbono-carbono insaturadas (C=C) da matéria-prima em cadeias de carbono saturadas. Após a hidrogenação, a próxima etapa é a hidrogenólise. A hidrogenólise consiste na quebra das ligações carbono-oxigênio presentes nas moléculas de triglicerídeos da matéria-prima. Isso resulta na formação de moléculas de ácidos graxos de cadeia longa, álcoois e alcanos, além de gás propano (proveniente da fração de glicerol), que pode ser comercializado como uma fonte alternativa de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). Uma etapa adicional é realizada para desoxigenar completamente o HEFA, removendo todo o oxigênio remanescente da mistura líquida do produto. Essa etapa é fundamental para garantir que o combustível HEFA final esteja livre de impurezas e apresente as propriedades desejadas para SAF.

As reações químicas da tecnologia HEFA estão ilustradas na Figura 4-2 abaixo.

FIGURA 4-2 TECNOLOGIA HEFA



Fonte: Acelen Renováveis, 2024.

A planta de produção será fornecida pelo fabricante Honeywell UOP. A solução da UOP para a produção de HVO e SAF incluirá uma unidade Ecofining de dois estágios, integrada a uma Unidade de Produção de Hidrogênio (no inglês: *Hydrogen Production Unit* - HPU), contando ainda com uma unidade de Adsorção por Oscilação de Pressão (no inglês: *Pressure Swing Adsorption* - PSA), uma unidade de Tratamento de Gases Ácidos (no inglês: *Acid Gas Handling* - AGH) e a unidade ENVIRO ECO (para tratamento de gases residuais).

Conforme mencionado anteriormente, a biorrefinaria irá processar, inicialmente, 8.600 barris por dia de matéria-prima pré-tratada para produzir SAF e HVO, com nafta renovável, GLP e gás residual como subprodutos integrados à HPU.

A conversão das matérias-primas em combustíveis renováveis é realizada pela reação entre óleo vegetal e gás hidrogênio, na presença de um catalisador adequado e sob condições de alta pressão e temperatura. De modo geral, as principais etapas do processo industrial na planta são as seguintes:

- Recepção e armazenamento das matérias-primas;
- Pré-tratamento;
- Aplicação da tecnologia HEFA com hidrogenação; e
- Obtenção dos produtos acabados.

4.2 DUTOVIA

Serão instalados dutos para recebimento de matéria-prima e envio do produto (HVO/SAF), com tubulação de 18" de diâmetro, que bombeará o produto dentro da refinaria até o píer de carregamento, com vazão de até 1.000 m³/h. A matéria-prima será bombeada diretamente do navio no píer. Essas estruturas têm aproximadamente 12 km de extensão no município de São

Francisco do Conde e serão construídas dentro da faixa de servidão existente, seguindo os dutos atuais já instalados e em operação, conforme segue:

- 8 km a serem instalados subterrâneos; e
- 4 km a serem instalados com estrutura aérea.

Os dutos serão conectados a um píer existente (PP-03) no TEMADRE, com dois braços a serem utilizados pela HEFA e duas estações para limpeza dos dutos utilizando o dispositivo *pigging*. A área de tanques na HEFA incluirá seis tanques com capacidade de 20.000 m³ cada para HVO e SAF e outros seis com capacidade de 15.000 m³ cada para armazenamento de matéria-prima. Não está prevista a instalação de área dedicada de tanques no TEMADRE.

Os dutos serão operados pela TRANSPETRO, empresa brasileira de transporte e logística de combustíveis que atua na importação e exportação de petróleo e outros produtos.

A Acelen Renováveis será responsável pela construção dos dutos, e a TRANSPETRO será responsável pela supervisão, alinhada à legislação vigente e aos requisitos aplicáveis de licenciamento.

4.3 UTILIDADES E INSTALAÇÕES ASSOCIADAS

Conforme indicado acima, o Projeto utilizará água, energia elétrica e gás natural que serão fornecidos pelas respectivas concessionárias. Todas as concessionárias confirmaram que a Acelen Renováveis terá acesso às utilidades após a conclusão da infraestrutura necessária.

Com relação à fase de instalação, a água será fornecida pela concessionária local (EMBASA) por meio de uma linha dedicada a partir da REFMAT, com vazão estimada de 269 m³/h. Para a fase operacional, a fonte de abastecimento de água permanecerá a mesma, com a instalação de uma conexão de duto de água ao sistema da EMBASA, com aproximadamente 100 metros de extensão. A construção será realizada pela Acelen Renováveis. O sistema da EMBASA está instalado adjacente à área do projeto, ao longo da rodovia BA-523, e é utilizado para fornecer água à REFMAT. A licença para instalação do duto de água já foi concedida juntamente com as Licenças Prévia e de Instalação da HEFA.

O gás natural será fornecido pelo terminal de regaseificação de GNL (Gás Natural Liquefeito) operado pela BahiaGás (concessionária de gás do Estado da Bahia), por meio de derivação do gasoduto existente que abastece a REFMAT. A nova conexão de duto está estimada em 100 metros. Este duto será construído pela BahiaGás, que será responsável por obter todas as licenças e autorizações necessárias.

Para a energia elétrica, a concessionária local, Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), fornecerá a energia elétrica necessária por meio de uma nova linha de transmissão (LT) com aproximadamente 11 km. Um acordo de conexão foi apresentado pela COELBA e aprovado. O CUSD (Contrato de Uso do Sistema de Distribuição) está em processo de aprovação com base no consumo da Acelen Renováveis.

De acordo com as agências reguladoras nacionais, a construção da LT é responsabilidade da concessionária e envolve etapas-chave como:

- Planejamento e Estudos;
- Licenciamento e Aprovações; e
- Execução.

No entanto, mediante acordo mútuo, a concessionária pode transferir o planejamento, estudos e execução para o cliente.

Estudos preliminares indicaram que a nova LT deverá correr paralela a uma já existente. A Acelen Renováveis está atualmente conduzindo a análise dos aspectos socioambientais das possíveis rotas. Todas as licenças, incluindo ambientais, de instalação e operação, serão obtidas pela COELBA, assim como eventual necessidade de desobstrução da faixa de servidão. A Acelen Renováveis supervisionará a governança adequada do processo de licenciamento conduzido pela COELBA.

Em novembro de 2025, a empresa responsável pela construção da linha de transmissão estava em fase de definição, com a distribuição da energia em si sendo realizada, possivelmente, pela COELBA.

5. INICIATIVAS DE ENGAJAMENTO IMPLEMENTADAS

Neste capítulo é apresentado um resumo das atividades de engajamento planejadas pela Acelen Renováveis e/ou implementadas pela REFMAT na sua fase de operação. Considerou-se que tais atividades poderão ser reproduzidas para a HEFA.

Vale mencionar que os riscos, impactos e preocupações identificadas por meio das atividades de engajamento implementadas pela Acelen Renováveis estão consolidadas e detalhadas no capítulo 7 desse SEP conceitual.

5.1 MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO COM AS PARTES INTERESSADAS EXTERNAS E INTERNAS

5.1.1 PADRÃO DE GESTÃO DE REGISTRO, TRATAMENTO E RESPOSTA DE MANIFESTAÇÕES DA COMUNIDADE

Em 2025, a Acelen Renováveis publicou o “PG.AR.RH.RS.0001 - Padrão de Gestão de registro, tratamento e resposta de Manifestações da Comunidade”, com o intuito de estabelecer diretrizes claras para o recebimento, registro, análise e resposta a emergências (incidentes e acidentes), queixas, reclamações, sugestões, elogios ou pedidos de informação sobre as atividades da Acelen Renováveis em todas as suas unidades operacionais. Além disso, o Padrão de Gestão visa promover a transparência, fortalecer o relacionamento com as partes interessadas externas e contribuir para a melhoria contínua dos processos, produtos e serviços da organização.

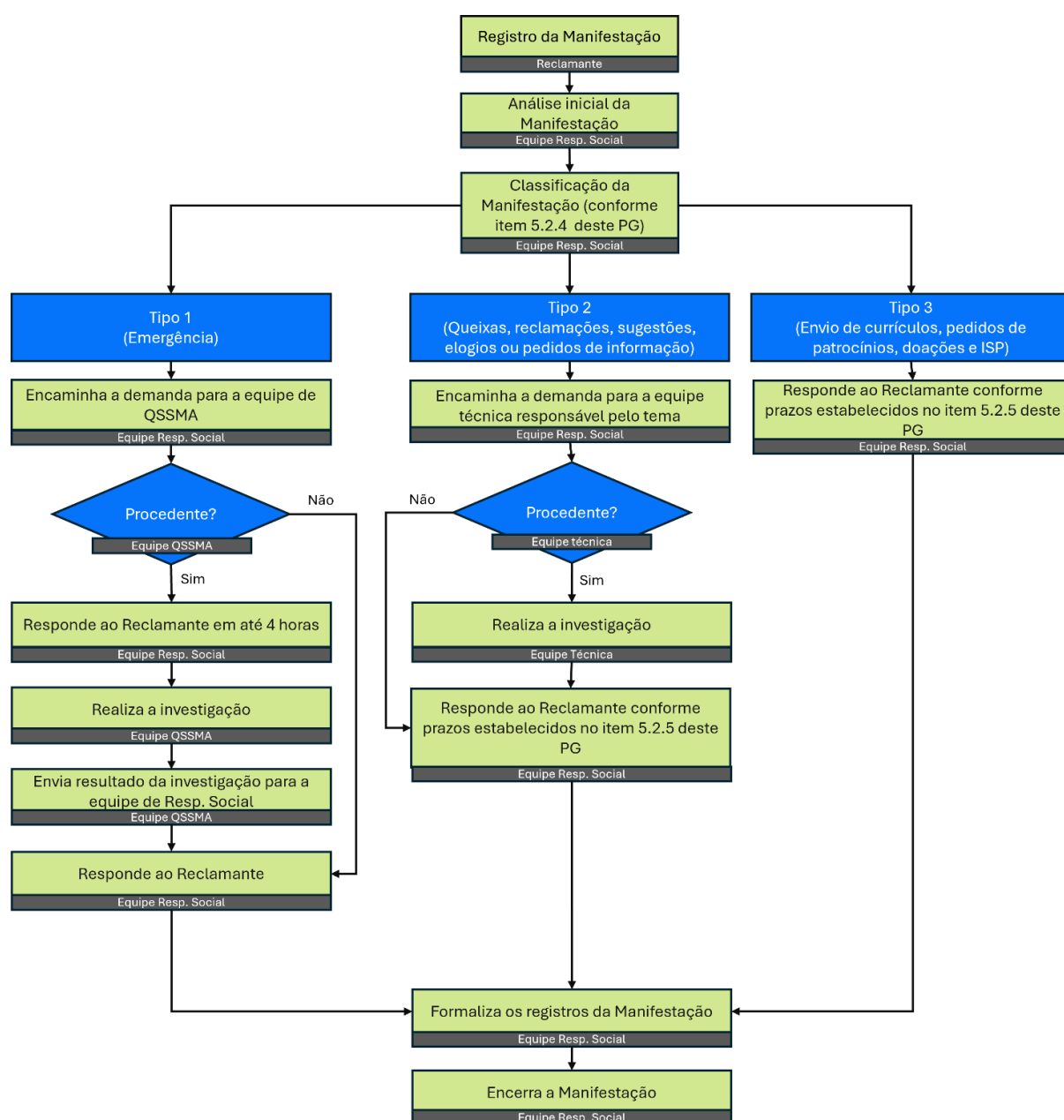
O Padrão de Gestão foi elaborado considerando normativas internas da empresa (como o Código de Ética e Conduta, o Sistema Integrado de Gestão de Segurança, Saúde e Meio Ambiente – SIGA, o Programa de Comunicação Social Acelen Renováveis, o Plano de Atendimento a Emergência – PAE e a Política Operacional do Sistema de Gestão de Crise), bem como padrões da indústria internacionalmente reconhecidos, tais como os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, o Padrão ISO 26000 – Diretrizes sobre Responsabilidade Social, o Padrão de Desempenho 1 da IFC – Avaliação e Gestão dos Riscos e Impactos Ambientais e Sociais e o Princípio do Equador 6 – Participação das Partes Interessadas.

Este Padrão de Gestão estabelece, também, a hierarquia das responsabilidades pela implementação e gestão do padrão, quais sejam:

- **Liderança Executiva:** Garantir os recursos necessários para sua implementação.
- **Equipe de Responsabilidade Social:** Coordenar o recebimento das manifestações, a implementação do mecanismo, analisar as manifestações, acompanhar a resolução e garantir devolutiva para o reclamante.
- **Equipes Técnicas:** Apoiar a investigação e resolução das manifestações recebidas, conforme necessário.
- **Colaboradores:** Conhecer e respeitar o Padrão de Gestão, direcionando as manifestações recebidas ao canal apropriado.

No padrão, também está estabelecido o fluxo de registro, tratamento e respostas às queixas ou demandas recebidas, como mostra, de maneira esquemática, a Figura 5-1.

FIGURA 5-1 - FLUXOGRAMA DO PROCESSO DE REGISTRO, TRATAMENTO E RESPOSTA DE MANIFESTAÇÕES DA COMUNIDADE



Fonte: Acelen Renováveis (2025).

O Padrão de Gestão considera exclusivamente os seguintes canais para o registro, tratamento e respostas das manifestações da comunidade:

- **Alô Acelen Renováveis:** canal prioritário para recebimento das manifestações. Trata-se de uma linha telefônica disponível pelo número (11) 93339-4819, exclusivamente para mensagens de áudio e texto via WhatsApp. A empresa recomenda e incentiva que todas as manifestações provenientes das comunidades sejam formalmente recebidas por este canal;
- **E-mail exclusivo** para contato direto com a empresa (comunidades@acelen.com);
- **Reuniões comunitárias programadas**, como ações de Diálogo Social e encontros dos Conselhos Comunitários Consultivos (CCCs)³.

As manifestações recebidas por qualquer um destes canais deve ser obrigatoriamente registradas em sistema próprio, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

- **Número da manifestação:** número sequencial que deve acompanhar cada manifestação.
- **Canal de comunicação:** Indicação do canal por meio do qual a manifestação foi recebida (Alô Acelen Renováveis, e-mail corporativo ou reuniões comunitárias).
- **Tipo da manifestação:** Classificação por natureza (ex.: odor, vazamento, incômodos de obras, segurança, entre outros).
- **Classificação por impacto:** Indicação do tipo de impacto envolvido (ambiental, social, saúde, segurança, patrimonial etc.).
- **Localização da manifestação:** Comunidade, município ou trecho da dutovia afetado.
- **Classificação do grau de complexidade:** manifestações urgentes (Tipo 1), relacionadas à impactos socioambientais (Tipo 2) e solicitação de informações (Tipo 3).
- **Classificação da procedência (procedentes e improcedentes):** Com base em análise técnica ou avaliação preliminar.
- **Classificação de tratamento (tratadas e não tratadas):** Incluindo justificativa para os casos não tratados dentro do período.
- **Tempo médio de resposta e de solução:** Prazo entre o recebimento da manifestação e a conclusão da tratativa.
- **Classificação de recorrência:** Indicação de manifestações reincidentes, seja por tipo, local ou tema.
- **Ações corretivas e preventivas adotadas:** Descrição das medidas tomadas ou programadas em resposta às manifestações.
- **Situações em escalonamento:** Indicação de manifestações encaminhadas para instâncias superiores (jurídico, diretoria etc.), quando aplicável.

³ De acordo com o próprio Padrão de Gestão de registro, tratamento e resposta de Manifestações da Comunidade, os Conselhos Comunitários Consultivos são um “[...] grupo formado por representantes da comunidade local, de organizações da sociedade civil, do poder público e, eventualmente, de empresas que atuam na região, com o objetivo de promover o diálogo, a transparência e a participação social em temas de interesse coletivo. Seu papel é consultivo, ou seja, não tem poder decisório, mas atua como um canal de escuta, orientação e recomendação sobre ações, projetos ou empreendimentos que impactam a comunidade” (Acelen Renováveis, 2025, p. 4).

O Padrão de Gestão indica, ademais, que o direito ao anonimato é garantido ao manifestante, caso solicitado.

A responsabilidade pelo recebimento, classificação, encaminhamento, monitoramento e resposta às manifestações cabe à equipe de Responsabilidade Social, que atua com base nos canais estabelecidos e listados anteriormente. As manifestações são classificadas em três tipos: Tipo 1, que abrange emergências como incidentes e acidentes; Tipo 2, que inclui reclamações ou dúvidas sobre impactos ambientais, saúde e segurança da comunidade, sugestões para melhoria das ações comunitárias; e Tipo 3, que contempla solicitações de informações, envio de currículos, pedidos de apoio institucional, elogios e outros. Para manifestações do Tipo 3, o canal Alô Acelen Renováveis conta com o suporte de um *chatbot* com inteligência artificial, que oferece respostas automáticas e padronizadas para temas recorrentes, otimizando o atendimento.

O processo de investigação e resolução das manifestações seguem etapas definidas: recebimento e registro com fornecimento de número de protocolo; classificação conforme o tipo e grau de complexidade; investigação técnica (aplicável aos Tipos 1 e 2), que pode incluir visitas a campo, entrevistas e análise documental; resposta clara ao manifestante, com justificativa em casos de improcedência; e encerramento com registro e arquivamento da manifestação. Os prazos variam conforme a gravidade: manifestações urgentes (Tipo 1) devem ter resposta inicial em até 4 horas; manifestações simples (Tipos 2 e 3) em até 7 dias úteis; manifestações moderadas (Tipo 2) em até 15 dias úteis; e manifestações complexas (Tipo 2) em até 30 dias úteis.

Por fim, o Padrão de Gestão indica que manifestações relacionadas à Comitês de Gestão de Crise devem seguir as diretrizes específicas desses comitês, conforme a Política Operacional do Sistema de Gestão de Crise que está em fase de elaboração. Já as manifestações referentes à Dutovia são encaminhadas à Transpetro para investigação, mas a resposta ao manifestante deve ser acompanhada pela equipe de Responsabilidade Social da própria Acelen Renováveis.

5.1.2 CANAL DE ÉTICA ACELEN RENOVÁVEIS

A Acelen Renováveis possui, também, um Canal de Ética disponível para trabalhadores (diretos e indiretos), clientes, fornecedores, parceiros e o público externo (Figura 5-2). Trata-se de um canal exclusivo da empresa para comunicação segura e, se desejada, anônima, de condutas consideradas antiéticas ou que violem os princípios éticos e padrões de conduta e/ou a legislação vigente.

FIGURA 5-2 – MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO CANAL DE ÉTICA



Fonte: Acelen Renováveis (2024).

É um canal publicamente acessível, via *website* dedicado (<https://canaldeetica.com.br/acelen/>) e chamada telefônica gratuita, pelo número 0800 377 8007, cujo atendimento está disponível das segundas às sextas-feiras, das 9h às 17h. Na página de internet especificada, ainda é possível acompanhar o atendimento do relato/queixa realizado, ter informações sobre como a empresa protege e lida com os dados do reclamante, e acessar o Código de Ética da Acelen Renováveis.

A Acelen Renováveis também aponta que as informações registradas via Canal de Ética são recebidas por uma empresa independente e especializada, chamada ICTS Security, o que assegura o sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação pela alta administração da Acelen Renováveis, sem conflitos de interesses.

5.2 PROJETOS DE INVESTIMENTO SOCIAL

Abaixo, estão listados os projetos de investimento social promovidos pela Refinaria de Mataripe de maneira autônoma ou em parceria com outras instituições. Tais projetos têm o objetivo de contribuir no desenvolvimento local, especialmente nas comunidades dos municípios de São Francisco do Conde, Candeias e Madre de Deus.

5.2.1 PROJETO ACELERA PESCA

A Refinaria de Mataripe, em parceria com a AVSI Brasil, realiza o projeto Acelera Pesca, com o objetivo de fortalecer organizações sociais ligadas à pesca artesanal nas cidades de Candeias,

Madre de Deus, São Francisco do Conde e nas Ilhas de Salvador (Maré, Frades e Bom Jesus dos Passos).

A iniciativa oferece:

- Capacitação técnica com carga horária de 80 horas, abordando temas como identidade institucional, elaboração de projetos, captação de recursos, políticas públicas para pesca e gestão administrativa.
- Assessoria jurídica e contábil especializada para as organizações participantes.

A formação é realizada no Espaço Acelen Acender, em Candeias (BA), e tem como objetivo a seleção de 10 organizações sociais sem fins lucrativos e foco na promoção da atividade pesqueira e marisqueira.

Critérios de Seleção:

- Ser uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos e com atuação comprovada há pelo menos 12 meses na região;
- Atuar diretamente com pesca ou mariscagem;
- Estar sediada em uma das localidades-alvo e em operação há, no mínimo, 12 meses.

5.2.2 PROJETO ACELERA CONSELHOS COMUNITÁRIOS CONSULTIVOS (CCC)

A iniciativa de formação dos Conselhos Comunitários Consultivos (CCCs) se destina à construção de um canal contínuo de relacionamento entre Acelen Renováveis, a Refinaria de Mataripe e as comunidades nas áreas de influência dos empreendimentos, pautando-se pela transparência e pela ética e voltado para questões de Segurança e Meio Ambiente, além de outros temas que sejam considerados relevantes para ambas as partes.

No âmbito deste Projeto, foram construídos, de maneira participativa, três Planos de Ação Básicos Participativos dos Conselhos Comunitários Consultivos, detalhando a missão, visão, valores, temas e objetivos estratégicos do grupo, quais sejam:

- Projeto Regularize Já – Ação prioritária do Conselho Comunitário Consultivo de São Francisco do Conde: visa promover a formação de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que ainda não possuem situação regularizada, contribuindo para sua legalização e fortalecendo as organizações locais para participarem de editais.
- Projeto Minha Organização Legal – Ação prioritária do Conselho Comunitário de Candeias: tem o objetivo de fortalecer as organizações existentes no território, regularizando até 10 OSCs de Candeias atuantes na região.
- Projeto Mar Seguro – Ação prioritária do Conselho Comunitário Consultivo de Madre de Deus: Objetiva capacitar pescadores, marisqueiras e trabalhadores do mar de Madre de Deus, oferecendo o curso "Segurança no Mar".

Destaca-se que a Acelen Renováveis também participa de projetos no âmbito do "Acelera Conselhos Comunitários Consultivos".

5.2.3 PROJETO ACELERA OSC

O projeto Acelera OSCs apoia 30 Organizações da Sociedade Civil (OSCs) por meio de formações e mentorias voltadas à legalização e formalização institucional, além de capacitação para elaboração e implementação de projetos nos municípios de São Francisco do Conde, Candeias e Madre de Deus, no entorno da Refinaria de Mataripe.

A seleção é feita por um edital de convocação para a seleção de 10 projetos sociais, com foco em gerar impactos positivos nas dimensões social, econômica, cultural e ambiental.

As entidades selecionadas recebem assistência técnica para a elaboração das propostas, além de monitoramento contínuo durante a implementação e análise da prestação de contas. O ciclo completo, desde a seleção à execução dos projetos, tem duração de 24 meses.

Todas as etapas do programa são executadas pela AVSI Brasil.

5.2.4 PROJETO JORNADA JOVEM ACELEN

A Refinaria de Mataripe, em parceria com a Fundação Banco do Brasil e a AVSI Brasil, implementou o projeto Jornada Jovem, que contempla, anualmente, 100 jovens entre 15 e 29 anos. A iniciativa tem como objetivo promover a capacitação profissional de jovens das localidades de Candeias, Ilha de Bom Jesus dos Passos, Ilha de Maré, Ilha dos Frades, Madre de Deus e São Francisco do Conde.

O programa é estruturado em três módulos:

1. Formação para a Vida
2. Exploração do Mundo Profissional
3. Tecnologia e Inovação

As atividades abordam tanto competências essenciais para a vida quanto conhecimentos básicos sobre o mercado de trabalho. A metodologia aplicada estimula o desenvolvimento de habilidades técnicas e promove reflexões sobre os objetivos profissionais dos participantes. Durante os cinco meses de formação, os alunos recebem auxílio-transporte e alimentação.

A primeira turma, formada por 97 jovens, concluiu o ciclo em dezembro de 2023, com cerimônia realizada no Espaço Acelen Acender, em Candeias (BA). Após cada ciclo, é implementado um sistema de acompanhamento para apoiar os jovens na busca por oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

A AVSI Brasil é responsável pela execução do projeto, que integra a estratégia da Refinaria de Mataripe de promover educação, empregabilidade e desenvolvimento social nas comunidades do entorno.

5.2.5 PROGRAMA ACELEN INCENTIVA

O Acelen Incentiva é um programa implantado no âmbito das operações da Acelen Renováveis e estruturado para avaliar solicitações de Doações, Patrocínios e Investimentos Sociais Privados (ISP), com foco em iniciativas alinhadas com as estratégias de ESG e de Comunicação, e contribuir para melhorar o meio ambiente e o futuro das comunidades onde a Acelen Renováveis

está presente. Os projetos apoiados devem estar diretamente relacionados aos pilares temáticos definidos e divulgados na página oficial do Programa Acelen Incentiva.

Além disso, o programa contempla o fomento ao setor de energia, por meio do apoio a eventos, feiras, simpósios e congressos relacionados aos segmentos de óleo e gás, inovação, sustentabilidade ambiental e transição energética.

Critérios de elegibilidade:

- Os projetos devem estar alinhados a pelo menos um dos pilares mencionados no Padrão de Gestão de Formalização de Doações, Patrocínios e ISP (PG.AR.RI.001).
- A execução das iniciativas deve ocorrer preferencialmente no estado da Bahia, com prioridade para os municípios de São Francisco do Conde, Madre de Deus e Candeias, áreas de influência direta da Refinaria de Mataripe.
- Microempreendedores Individuais (MEIs) podem participar, desde que a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) seja compatível com a natureza do projeto.
- As propostas podem ser submetidas a qualquer momento por meio do site da Acelen Renováveis e serão avaliadas conforme a disponibilidade orçamentária e a aderência à estratégia institucional.
- O apoio financeiro poderá ser integral ou parcial. Caso a Acelen Renováveis opte por apoio parcial, o proponente terá a liberdade de aceitar ou recusar o aporte.

5.3 CONSULTA LIVRE, PRÉVIA E INFORMADA (CP) COM COMUNIDADES NO ENTORNO DA HEFA

A Consulta Livre, Prévia e Informada (CP) é um princípio fundamental de direitos humanos que garante o direito dos povos indígenas e comunidades tradicionais de serem consultados sobre decisões que afetem os seus direitos, terras e recursos naturais. Este princípio exige que qualquer projeto ou atividade que possa ter um impacto significativo nestes grupos seja sujeita a um processo de consulta, onde são fornecidas informações claras e precisas antes da atividade ser implementada.

De acordo com os estudos ambientais conduzidos na área de influência da Planta de Produção de Combustíveis Renováveis, em São Francisco do Conde/BA, a implementação do projeto se dá em uma área com incidência de comunidades tradicionais (como quilombolas e pescadores artesanais). Dessa forma, um relatório das consultas prévias, conduzidas no âmbito do Projeto, foi elaborado em conjunto pela Acelen Renováveis e Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) em maio de 2025, e emitido em resposta à notificação do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) nº 2025.001.001716/NOT-001. O relatório apresentou as atividades de mobilização e reuniões prévias nas quais foram divulgadas informações relacionadas ao projeto e aos impactos negativos e positivos da HEFA, bem como os canais de diálogo contínuo e os pontos focais das relações comunitárias. As consultas foram acompanhadas pela equipe do Imaflora e considerou 8 comunidades tradicionais: (i) São Francisco do Conde: Ilha do Paty e Monte Recôncavo; e (ii) Salvador – Ilha da Maré: Bananeiras, Maracanã, Praia Grande, Ponta Grossa, Porto Cavalo e Martelo.

A Acelen Renováveis e a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais (SEPROMI) acordaram que as comunidades de Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa realizariam uma única consulta, assim como Bananeiras e Maracanã, devido à

proximidade geográfica, ao fato de compartilharem uma única liderança representativa e modos de vida comuns.

Dessa forma, a Acelen Renováveis, em conjunto com a Imaflora, se mobilizou para realizar reuniões, entre março e maio de 2025, junto às comunidades tradicionais identificadas como elegíveis à CP, como mostra o cronograma apresentado na Figura 5-3.

FIGURA 5-3 – CRONOGRAMA DE CONSULTAS ÀS COMUNIDADES

Município	Comunidade	Mobilização Social	Reunião Prévia	Consulta Prévia
São Francisco do Conde	Ilha do Paty	20/03/2025, 27/03/2025 e 09/04/2025	27/03/2025	09/04/2025
	Monte Recôncavo	20/03/2025, 01/04/2025, 02/04/2025 e 10/04/2025	02/04/2025	14/04/2025
Salvador – Ilha de Maré	Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa	21/03/2025, 29/03/2025 e 07/04/2025	03/04/2025	08/04/2025
	Praia Grande	19/03/2025, 29/03/2025, 31/03/2025, 07/04/2025 e 08/04/2025	31/03/2025	08/04/2025
	Bananeiras e Maracanã	21/03/2025 e 29/03/2025	03/04/2025	29/05/2025

Fonte: Acelen Renováveis/Imaflora, 2025.

De acordo com o relatório emitido pela Acelen Renováveis e Imaflora (2025), durante o processo de planejamento e execução das ações das consultas prévias, foram realizados diálogos e consultas com instituições públicas, em especial com o INEMA e a SEPROMI.

A partir das orientações fornecidas pela SEPROMI, a empresa foi instruída a adotar medidas complementares às mobilizações inicialmente previstas, com o objetivo de garantir maior efetividade e transparência no processo de consulta. As recomendações incluíram:

- Realização de reuniões prévias com a comunidade, com caráter preparatório para a consulta;
- Gravação integral das consultas – exceto nas comunidades de Maracanã e Bananeiras, onde os moradores não deram permissão para gravação e fotografias;
- Elaboração de ata, a ser lida e assinada pelos participantes ao final de cada consulta.

Além disso, a SEPROMI indicou que as consultas deveriam seguir as seguintes etapas:

1. Apresentação institucional da comunidade, da SEPROMI e do INEMA;
2. Apresentação do empreendimento da Acelen Renováveis;
3. Plenária dialogada, com espaço para perguntas e esclarecimentos;

4. Momento de reflexão exclusivo da comunidade, sem a presença de representantes externos;
5. Posicionamento formal da comunidade em relação ao empreendimento;
6. Leitura e assinatura da ata da reunião;
7. Encerramento da consulta.

As ações de engajamento ocorridas no âmbito das consultas realizadas pela Imaflora foram evidenciadas, no relatório, por meio de fotografias, listas de presença com assinatura dos comunitários e atas das reuniões realizadas. De maneira geral, é possível observar, nas atas transcritas das reuniões, que foi assegurado a participação qualificada das comunidades envolvidas, respeitando seus direitos e promovendo a transparência no processo de tomada de decisão.

Nas comunicações realizadas, é possível identificar que as comunidades participaram levando dúvidas, sugestões e questionamentos/queixas em relação à implantação do projeto. Como exemplo de questões levantadas, tem-se a preocupação e o interesse sobre a priorização de mão de obra local; a existência de programas voltados aos jovens das comunidades; as possibilidades de manutenção de um contato próximo entre comunidades e Acelen Renováveis; identificação de canais de comunicação; dentre outros pontos.

6. MAPEAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

A partir de documentos fornecidos pela Acelen Renováveis, foram verificados esforços de mapeamento das partes interessadas no contexto da Planta de Produção de Combustíveis Renováveis em São Francisco do Conde/BA, quais sejam: i) uma listagem das potenciais categorias de partes interessadas que seriam engajadas pela empresa; ii) uma matriz de partes interessadas; e iii) uma lista de lideranças comunitárias identificadas no âmbito dos Conselhos Comunitários Consultivos (CCCs), cuja função é promover o diálogo, a transparência e a participação social em assuntos de interesse coletivo e que possuam intersecção com a atuação da Acelen Renováveis.

A Acelen Renováveis considera nove categorias principais de partes interessadas que deveriam fazer parte das ações de engajamento da Empresa, sendo elas: Sociedade; Colaboradores; Clientes; Imprensa e *Key Opinion Leaders* (KOLs); Investidores; Comunidades; Autoridades (incluindo instituições da esfera pública); Fornecedores/Parceiros e Entidades de Classe.

De maneira geral, a matriz de partes interessadas disponibilizada segue esta categorização apresentada acima. São um total de 152 partes interessadas mapeadas, até então, em relação à Planta de Produção de Combustíveis Renováveis. Este número considera, também, a listagem de lideranças identificadas no âmbito dos Conselhos Comunitários Consultivos (CCCs). Destes, 33 partes interessadas são vinculadas a instituições governamentais, sejam elas federais, estaduais ou municipais, incluindo, especialmente, variadas instâncias do poder executivo (prefeituras, departamentos e secretarias municipais, estaduais e federais) e das forças policiais (Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Corpo de Bombeiros etc.). Outras categorias de partes interessadas incluem: membros de comunidades técnicas e/ou de pesquisa (laboratórios universitários nacionais e internacionais, empresas de consultoria socioambiental, empresas estatais de pesquisa e fomento, dentre outros exemplos), associações industriais (como a Associação de Produtores de Biocombustíveis do Brasil) e comunidade/sociedade civil.

Em relação a este último grupo, foram 88 partes interessadas mapeadas, quais sejam: “lideranças dos Conselhos Comunitários Consultivos”; “pequenos produtores rurais”; associações de “pequenos produtores”; comunidades nas áreas de influência dos “projetos na Bahia e Minas Gerais”; “Organizações da Sociedade Civil”; e “Escolas locais”. Ou seja, com exceção da associação comercial *Advanced Biofuels Association* (ABFA), que se trata de uma entidade de classe, todas as demais partes interessadas mapeadas não apresentam maiores níveis de detalhamento em relação, por exemplo, a localidades específicas, associações de moradores ou produtores específicos, ou líderes comunitários etc.

Contudo, destaca-se que o mapeamento de partes interessadas já elaborado apresenta a discriminação do papel das partes interessadas identificadas no projeto, bem como algum grau de categorização de importância, considerando-se que há a classificação do interesse e nível de influência de cada parte interessada.

7. IMPACTOS E PREOCUPAÇÕES DAS PARTES INTERESSADAS

Os impactos, riscos e preocupações levantados neste capítulo são oriundos de diferentes fontes, eminentemente documentais. Sendo assim, o Capítulo 7.1 foi construído a partir das preocupações e impactos potenciais levantados a partir das atas de reunião e relatório elaborado no âmbito das consultas prévias conduzidas junto a comunidades tradicionais potencialmente impactadas no contexto da implantação da Planta de Produção de Combustíveis Renováveis, em São Francisco do Conde/BA.

Para construção do Capítulo 7.2, foram considerados os impactos previstos nos estudos ambientais e relacionados à implantação da HEFA e na implantação dos dutos associados (dutovia) àquela estrutura.

7.1 IMPACTOS E PREOCUPAÇÕES IDENTIFICADOS DURANTE AS CONSULTAS PRÉVIAS

Como descrito anteriormente, o relatório relativo às consultas prévias com comunidades tradicionais foi produzido, em conjunto, pela Acelen Renováveis e Imaflora, em maio de 2025. A partir das transcrições das reuniões, foi possível categorizar os principais impactos e preocupações percebidos pelas comunidades envolvidas no processo.

O Quadro 7-1 apresenta a sistematização dos principais impactos e preocupações identificados durante as consultas.

QUADRO 7-1 – PRINCIPAIS IMPACTOS E PREOCUPAÇÕES IDENTIFICADOS (CONSULTAS PRÉVIAS)

Fator	Impacto, Risco ou Preocupação	Descrição	Categoria de PIs Afetadas	Local de Ocorrência
Inclusão socioeconômica e acesso às oportunidades de trabalho	Preocupação	Comunitários expressaram preocupações recorrentes sobre a efetiva inclusão da comunidade nas oportunidades de emprego geradas pela implantação da biorrefinaria. Embora a empresa tenha informado a previsão de 220 empregos diretos e 80 indiretos, e tenha declarado intenção de priorizar a contratação local, os moradores demonstraram insatisfação com a ausência de garantias formais, como a definição de um percentual mínimo de vagas destinadas às comunidades quilombolas. A ausência de um protocolo claro de inclusão, somada à dificuldade de acesso a informações e à dependência de critérios subjetivos (como a menção da origem quilombola no currículo), contribuiria para a desconfiança no processo seletivo apresentada nas consultas realizadas.	Moradores das comunidades do entorno	- Monte Recôncavo - Ilha do Paty - Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa - Bananeiras e Maracanã
Qualificação profissional da mão de obra local	Preocupação	Foi apontada a falta de projetos de qualificação profissional permanente, especialmente voltados à realidade e às necessidades da comunidade local, e até mesmo a construção de estruturas de ensino. A percepção de que há pessoas capacitadas na comunidade, mas que não conseguem acessar as vagas, reforça o sentimento de exclusão estrutural.	Moradores das comunidades do entorno	- Monte Recôncavo - Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa - Bananeiras e Maracanã
Impactos ambientais e transparência no relacionamento com a comunidade	Preocupação	Comunitários expressaram preocupações significativas com os impactos ambientais da biorrefinaria, especialmente em relação à qualidade do ar, descarte de resíduos, vazamentos, efeitos sobre a fauna local e poluição dos manguezais e do oceano. Foram levantadas dúvidas sobre a efetividade das medidas mitigadoras, a responsabilidade da empresa e dos órgãos fiscalizadores, a falta de clareza sobre como os impactos serão controlados na prática e os efeitos cumulativos considerando a proximidade com outros grandes empreendimentos, como o Porto de Aratu. Na Praia Grande, comunitários expressaram preocupações ambientais relacionadas a experiências negativas anteriores, como a poluição causada por empreendimentos vizinhos (Porto de Aratu e Madre de Deus), que resultaram em degradação ambiental, escassez de pescado e perda de vegetação utilizada no artesanato, indicando receio de que o novo empreendimento possa reproduzir impactos semelhantes, afetando diretamente o modo de vida tradicional da comunidade.	Moradores das comunidades do entorno	- Monte Recôncavo - Ilha do Paty - Praia Grande - Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa - Bananeiras e Maracanã

Fator	Impacto, Risco ou Preocupação	Descrição	Categoria de PIs Afetadas	Local de Ocorrência
Comunicação e transparência no relacionamento com a comunidade	Preocupação	Em Monte Recôncavo, houve questionamentos sobre a frequência e qualidade do diálogo entre empresa e comunidade, com destaque para a percepção de que dois encontros são insuficientes para tratar de um projeto de tamanha complexidade. A comunidade também demonstrou interesse em canais permanentes de comunicação, como o CAE (Comissão de Acompanhamento do Empreendimento), e solicitou ações sociais mais concretas, como parcerias com escolas e programas de educação ambiental. Já em Bananeiras e Maracanã, houve questionamentos sobre transparência no processo de licenciamento e nas consultas prévias, com relatos de uso indevido de listas de presença e registros fotográficos por outras empresas em consultas anteriores. A comunidade reforçou a necessidade de apresentar todas as informações sobre o projeto, incluindo impactos negativos, e destacou a importância da devolutiva prevista no cronograma das consultas conduzidas.	Moradores das comunidades do entorno	Monte Recôncavo e Bananeiras e Maracanã
Participação comunitária e direito à autodeterminação	Preocupação	Em Monte Recôncavo, comunitários questionaram se a biorrefinaria será implantada independentemente da realização da consulta prévia, demonstrando preocupação com a efetividade do processo participativo. A empresa esclareceu que a consulta não tem como objetivo o consentimento, mas sim o diálogo e entendimento. No caso de Bananeiras e Maracanã, a participação comunitária foi enfatizada como direito, com defesa da construção coletiva do protocolo de Consulta e críticas à imposição de novos projetos que dificultam o modo de vida tradicional. Lideranças locais se mobilizaram para garantir presença nas reuniões, inclusive por meio do Instituto de Pesca Artesanal e comunicação via WhatsApp.	Moradores das comunidades do entorno	Monte Recôncavo e Bananeiras e Maracanã
Mobilidade e dinâmica socioterritorial	Preocupação	Foi levantada a preocupação com interdições em vias públicas, como a BA-523, que podem afetar a circulação e o cotidiano das comunidades de Caípe de Cima e de Baixo. Os moradores da Ilha do Paty temem que a implantação da biorrefinaria traga transtornos logísticos e de acesso, sem que haja planejamento adequado para mitigar esses efeitos.	Moradores das comunidades do entorno	Ilha do Paty
Demandas sociais e expectativas por desenvolvimento local	Risco	Comunitários da Ilha do Paty expressaram expectativas por contrapartidas sociais, como a construção ou reforma de infraestruturas comunitárias (píeres, pontes, requalificação de estradas etc.), e denunciaram problemas sociais graves, como a exploração sexual infantil. Durante o encontro na comunidade Praia Grande, foi destacada a vocação turística da ilha e a necessidade de projetos que valorizem esse potencial, como alternativa de desenvolvimento sustentável. A	- Moradores das comunidades do entorno - População local em situação de vulnerabilidade; - Crianças e adolescentes	- Ilha do Paty - Praia Grande - Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa - Bananeiras e Maracanã

Fator	Impacto, Risco ou Preocupação	Descrição	Categoria de PIs Afetadas	Local de Ocorrência
		comunidade demonstrou interesse em que o empreendimento contribua para fortalecer a economia local e preservar os modos de vida tradicionais, especialmente por meio de contrapartidas sociais estruturadas. Em Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa, a comunidade expressa expectativas quanto à construção de contrapartidas sociais que sejam definidas de forma consensual e participativa. Além disso, a valorização do potencial local — como o turismo e a agricultura familiar — e o destaque dado à experiência sensorial com a macaúba indicam que há interesse em que o projeto dialogue com as vocações e saberes locais, promovendo desenvolvimento de forma integrada e respeitosa. Em Bananeiras e Maracanã, foram apontadas demandas sociais urgentes, como precarização da estrutura educacional, ausência de atendimento psicopedagógico, falta de saneamento básico e necessidade de parceria para implantação de estrutura de saúde na comunidade. Atividades culturais e educativas, como arte terapia, boxe e reforço escolar, são mantidas com recursos externos, mas enfrentam dificuldades logísticas, resultando na suspensão de práticas como a capoeira.		

Fonte: Acelen Renováveis/Imaflora, 2025.

7.2 IMPACTOS IDENTIFICADOS A PARTIR DOS ESTUDOS AMBIENTAIS DO EMPREENDIMENTO

A AFRY produziu, em setembro de 2025, um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para a Planta de Produção de Combustíveis Renováveis, a ser construída e operada pela Acelen Renováveis em São Francisco do Conde (BA). Já a Herkenhoff & Prates (H&P) elaborou, em abril de 2025, o Relatório de Análise de Impacto Ambiental (RAIA) relativo à expansão das dutovias utilizadas nas operações do Terminal Madre de Deus.

Nestes estudos, as empresas identificaram impactos socioambientais previstos relativos à implementação do empreendimento, incluindo a dutovia, que poderiam incidir na população presente em sua área de influência. O Quadro 7-2 – Principais impactos e riscos identificados (EIA e raia) apresenta os principais impactos listados no EIA e RAIA. Para todos os impactos identificados as devidas medidas de gestão são endereçadas no EIA, no RAIA e no Sistema de Gestão da Acelen Renováveis. O objetivo dessa tabela não é descrever as medidas de gestão, mas orientar os impactos para que estes reflitam na comunicação e engajamento com as partes interessadas.

QUADRO 7-2 – PRINCIPAIS IMPACTOS E RISCOS IDENTIFICADOS (EIA E RAIA)

Fator	Impacto, Impacto Previsto ou Preocupação	Descrição	Categoria de Partes Interessadas	Local de Ocorrência
Incômodo à vizinhança em relação ao ruído	Impacto Previsto	Durante a fase de construção do empreendimento, haverá aumento significativo na circulação de veículos pesados e máquinas, o que resultará na elevação dos níveis de ruído nas áreas próximas. Esse ruído pode causar desconforto à população vizinha, afetando a qualidade de vida. Embora a comunidade mais próxima esteja a 1,13 km de distância, é necessário garantir que os níveis de ruído estejam dentro dos limites estabelecidos pela NBR ABNT 10151:2019.	Comunidade e população local	Área da planta (HEFA); Município de São Francisco do Conde; Comunidades mais próximas ao empreendimento
Intensificação dos processos erosivos e de assoreamento	Impacto Previsto	As atividades de limpeza do terreno e terraplenagem, necessárias para a implantação do empreendimento, podem deixar o solo exposto à ação das chuvas, favorecendo processos erosivos e o transporte de sedimentos para corpos hídricos próximos. Esse cenário pode resultar em assoreamento, mesmo com a adoção de medidas preventivas como drenagem temporária e contenção de material. Para as comunidades da área de influência, esse impacto previsto pode comprometer a qualidade da água, afetar a agricultura local pela perda de solo fértil, danificar vias de acesso e aumentar os custos públicos com obras de contenção e recuperação ambiental. Além disso, pode gerar insegurança quanto ao abastecimento de água e à integridade de moradias próximas a encostas ou cursos	Comunidade local, órgãos ambientais	Área da planta (HEFA); Comunidades mais próximas ao empreendimento

Fator	Impacto, Impacto Previsto ou Preocupação	Descrição	Categoria de Partes Interessadas	Local de Ocorrência
		d'água, exigindo atenção especial à gestão ambiental durante a fase de obras a fim de mitigar os riscos.		
Alteração da qualidade das águas superficiais	Impacto Previsto	Durante a fase de obras, a geração de efluentes sanitários e industriais, como os provenientes da lavagem de caminhões, equipamentos e do uso de banheiros químicos, pode representar risco à qualidade das águas superficiais da região. Apesar da previsão de medidas de controle, como áreas impermeabilizadas com caixas separadoras de água e óleo, coleta adequada de resíduos e destinação por empresas licenciadas, eventuais falhas operacionais ou acidentes podem levar à contaminação dos corpos hídricos. Esse impacto previsto pode afetar diretamente as comunidades locais, comprometendo o uso da água para consumo, agricultura e lazer, além de gerar preocupações com a saúde pública e a preservação ambiental.	Comunidade local, órgãos ambientais	Área da planta (HEFA); Comunidades mais próximas ao empreendimento
Alteração da qualidade do ar	Impacto Previsto	A movimentação intensa de veículos e máquinas durante a fase de implantação do empreendimento pode gerar a emissão de poluentes atmosféricos, como fumaça preta proveniente de motores a diesel e poeira em vias não pavimentadas. Esses poluentes podem comprometer a qualidade do ar, especialmente nas áreas	Comunidade local, trabalhadores da obra	Área da planta (HEFA); Município de São Francisco do Conde; Comunidades mais próximas ao empreendimento

Fator	Impacto, Impacto Previsto ou Preocupação	Descrição	Categoria de Partes Interessadas	Local de Ocorrência
		próximas ao canteiro de obras, afetando a saúde respiratória da população local, em especial de grupos mais vulneráveis. Além disso, a presença constante de poeira pode impactar negativamente o cotidiano das comunidades vizinhas, prejudicando atividades ao ar livre, a limpeza de residências e estabelecimentos comerciais. As ações mitigadoras previstas no EIA (AFRY, 2025) incluem seguir as diretrizes do Programa Ambiental da Construção (PAC) para reduzir a emissão de poeira e fumaça preta, priorizar o uso de estradas já existentes na implantação do empreendimento e realizar aspersão de água em vias não pavimentadas.		
Alteração na qualidade do solo e/ou das águas devido à disposição inadequada de resíduos	Impacto Previsto	A geração de resíduos sólidos durante a fase de implantação do empreendimento, incluindo entulhos, metais, plásticos, resíduos orgânicos e perigosos, pode comprometer a qualidade do solo e das águas se não houver um gerenciamento adequado. Embora estejam previstas ações como coleta seletiva, armazenamento temporário e destinação por empresas especializadas, falhas operacionais podem resultar em contaminação ambiental. Esse cenário representa um risco à saúde pública, especialmente em comunidades próximas que possam ter contato com áreas afetadas ou utilizar recursos hídricos locais, além de poder gerar impactos	Comunidade local, órgãos ambientais	Área da planta (HEFA); Município de São Francisco do Conde; Comunidades mais próximas ao empreendimento

Fator	Impacto, Impacto Previsto ou Preocupação	Descrição	Categoria de Partes Interessadas	Local de Ocorrência
		previstos negativos na paisagem e no bem-estar da população.		
Alteração na qualidade do solo e/ou das águas devido à disposição inadequada de resíduos perigosos	Impacto Previsto	A instalação de oficinas e áreas de manutenção no canteiro de obras implicará na geração de resíduos perigosos, como óleos lubrificantes, pilhas, baterias e resíduos de serviços de saúde, que, se não forem devidamente armazenados, tratados e destinados, podem contaminar o solo e as águas da região. Vazamentos acidentais de combustíveis e óleos também representam riscos significativos ao meio ambiente e à saúde pública. Para as comunidades próximas, isso pode significar a degradação de recursos naturais essenciais, como a água subterrânea, além de gerar insegurança quanto à exposição a substâncias tóxicas, afetando diretamente o bem-estar e a qualidade de vida da população local.	Comunidade local, órgãos ambientais	Área da planta (HEFA); Município de São Francisco do Conde; Comunidades mais próximas ao empreendimento
Alteração da paisagem natural	Impacto Previsto	A construção da fábrica da biorrefinaria provocará mudanças significativas na paisagem local, devido à movimentação de solo, supressão de vegetação e instalação de estruturas industriais de grande porte. Embora a área esteja inserida em uma macrozona industrial com atividades já consolidadas, a implantação do empreendimento	Comunidade local, órgãos de planejamento urbano	Área da planta (HEFA); Município de São Francisco do Conde; Comunidades mais próximas ao empreendimento

Fator	Impacto, Impacto Previsto ou Preocupação	Descrição	Categoria de Partes Interessadas	Local de Ocorrência
		intensificará a transformação visual do território, podendo alterar a percepção estética e o vínculo cultural que a população local mantém com o ambiente. Essa mudança pode gerar sentimento de perda ou descaracterização do espaço, especialmente em comunidades que valorizam a paisagem natural como parte de sua identidade, sendo recomendável a adoção de projetos paisagísticos que promovam a integração visual da fábrica com o entorno.		
Perda de vegetação e afugentamento da fauna	Impacto Previsto	A supressão de vegetação para implantação do empreendimento resultará na perda de habitats e no afugentamento da fauna local, afetando corredores ecológicos e áreas de reprodução. Este impacto previsto pode afetar comunidades que dependem de recursos naturais para atividades como agricultura, pesca artesanal ou práticas culturais tradicionais. As medidas mitigadoras previstas no EIA (AFRY, 2025) incluem seguir as diretrizes do Programa Ambiental da Construção (PAC) para garantir critérios e controles na supressão de vegetação. A atividade deve iniciar somente após a obtenção da Autorização de Supressão junto ao órgão ambiental, com piqueteamento para delimitar a área e execução por equipe experiente. Os resíduos orgânicos e a vegetação suprimida devem ser dispostos adequadamente, e a compensação ambiental realizada por meio da Servidão	Comunidade local, populações tradicionais, órgãos ambientais	Área da planta (HEFA); Comunidades mais próximas ao empreendimento

Fator	Impacto, Impacto Previsto ou Preocupação	Descrição	Categoria de Partes Interessadas	Local de Ocorrência
		Florestal, conforme previsto na autorização. É obrigatório o acompanhamento ambiental da obra, a proibição do uso de fogo e a implementação do subprograma de salvamento da fauna na área de intervenção.		
Proliferação de vetores	Impacto Previsto	A movimentação de solo e a terraplenagem podem gerar desníveis que favorecem o acúmulo de água da chuva, criando ambientes propícios à proliferação de vetores como o mosquito <i>Aedes aegypti</i> , transmissor da dengue. Isso representa um risco direto à saúde dos trabalhadores e das comunidades vizinhas. As medidas mitigadoras previstas no EIA (AFRY, 2025) incluem o uso de vestimentas protetoras, repelentes individuais e aplicação de inseticidas para reduzir o contato com vetores. É necessário evitar desníveis no terreno que acumulem água e descartar corretamente recipientes como pneus, tambores, baldes e garrafas, que favorecem a proliferação de mosquitos. O serviço médico do empreendimento deve manter vigilância constante e articulação com a Secretaria Municipal de Saúde para implementar ações preventivas. Além disso, o empreendimento pode colaborar com a prefeitura em campanhas educativas, divulgando medidas contra a infestação do <i>Aedes aegypti</i> e outros agentes patogênicos.	Trabalhadores da obra, comunidade local, setor de saúde pública	Área da planta (HEFA); Comunidades mais próximas ao empreendimento

Fator	Impacto, Impacto Previsto ou Preocupação	Descrição	Categoria de Partes Interessadas	Local de Ocorrência
Aumento da pressão de caça	Impacto Previsto	A intensificação da circulação de pessoas na região, especialmente com a chegada de trabalhadores para as obras, pode aumentar a pressão sobre a fauna silvestre por meio da caça e captura de animais, prática culturalmente enraizada em algumas comunidades locais. Para as comunidades, a perda de espécies nativas pode representar não apenas um impacto ambiental previsto, mas também a ruptura de práticas tradicionais sustentáveis e o enfraquecimento de vínculos culturais com o território. O EIA produzido pela AFRY (2025) prevê, como medidas mitigadoras, informar e conscientizar os condutores sobre direção defensiva, legislação de trânsito e normas locais por meio do Programa de Mitigação das Interferências no Tráfego. Também é necessário realizar manutenção e sinalização das vias de acesso ao empreendimento e treinar os motoristas para que, ao encontrarem animais feridos ou mortos nas estradas, acionem a equipe de meio ambiente.	Comunidade trabalhadores, ambientais	local, órgãos Área da planta (HEFA); Município de São Francisco do Conde; Comunidades mais próximas ao empreendimento
Geração de expectativa na população	Impacto Previsto	A divulgação da implantação do empreendimento gera expectativa na população local e regional, especialmente em relação à criação de empregos e à melhoria da qualidade de vida. A possibilidade de contratação de mão de obra local desperta interesse da População Economicamente Ativa (PEA), podendo reduzir índices de desemprego.	População trabalhadores, poder público	local, Área da planta (HEFA); Município de São Francisco do Conde; Comunidades mais próximas ao empreendimento

Fator	Impacto, Impacto Previsto ou Preocupação	Descrição	Categoria de Partes Interessadas	Local de Ocorrência
Dinamização da economia local	Impacto Previsto	A implantação do empreendimento impulsiona a economia local por meio da geração de empregos temporários e da demanda por bens e serviços, como alimentação, transporte, hospedagem e manutenção. Esse movimento estimula o setor terciário, podendo atrair novos investimentos e fomentar o surgimento de pequenos negócios.	População local, comerciantes, prestadores de serviço, poder público	Área da planta (HEFA); Município de São Francisco do Conde; Comunidades mais próximas ao empreendimento
Interferência ao patrimônio histórico e arqueológico	Impacto Previsto	A movimentação de solo e a terraplenagem podem representar risco à integridade de bens culturais materiais e imateriais. A perda ou descaracterização desses bens pode gerar impactos culturais, afetando o sentimento de pertencimento e identidade cultural das comunidades. Ressalta-se, contudo, que as obras são precedidas de anuência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o devido acompanhamento arqueológico.	Comunidade local, instituições culturais e de patrimônio	Área da planta (HEFA); Comunidades mais próximas ao empreendimento
Geração de empregos temporários diretos e indiretos	Impacto Previsto	A fase de implantação do empreendimento demandará cerca de 2.500 trabalhadores no pico das obras, gerando empregos temporários diretos e indiretos. A contratação de mão de obra local será priorizada, o que pode reduzir o desemprego e estimular a economia regional. Indiretamente, haverá geração de postos de trabalho em setores como alimentação, transporte e serviços gerais, promovendo inclusão socioeconômica e aumento da renda familiar. O impacto	População local, trabalhadores e prestadores de serviço	Área da planta (HEFA); Município de São Francisco do Conde; Comunidades mais próximas ao empreendimento

Fator	Impacto, Impacto Previsto ou Preocupação	Descrição	Categoria de Partes Interessadas	Local de Ocorrência
		previsto é positivo, imediato e de grande importância para a região.		
Aumento na arrecadação tributária	Impacto Previsto	O crescimento das atividades produtoras de bens e serviços durante a implantação do empreendimento tende a elevar a arrecadação de tributos em todas as esferas governamentais. A aquisição de materiais, equipamentos e serviços, bem como o consumo pessoal dos trabalhadores, movimenta o setor terciário e gera receitas que podem ser revertidas em melhorias na infraestrutura e nos serviços públicos do município. Esse impacto previsto é positivo, de grande importância e com alto potencial de geração de benefícios socioeconômicos.	Poder público, população local, setor empresarial	Área da planta (HEFA); Município de São Francisco do Conde; Comunidades mais próximas ao empreendimento
Alterações na qualidade do solo e/ou da água subterrânea devido à presença de passivo ambiental	Impacto Previsto	A presença de passivo ambiental no terreno onde será implantado o empreendimento representa risco à qualidade do solo e da água subterrânea. Foram identificadas substâncias químicas em concentrações superiores aos limites de intervenção em diversos poços da área, como manganês, ferro, cianeto e TPH. Essas substâncias podem afetar bens ambientais e receptores humanos, exigindo medidas rigorosas de gerenciamento de áreas contaminadas. O impacto previsto pode comprometer o uso seguro da água subterrânea e gerar	Comunidade local, órgãos ambientais, trabalhadores	Área da planta (HEFA); Município de São Francisco do Conde; Comunidades mais próximas ao empreendimento

Fator	Impacto, Impacto Previsto ou Preocupação	Descrição	Categoria de Partes Interessadas	Local de Ocorrência
		preocupações nas comunidades locais quanto à saúde e segurança ambiental.		
Risco socioambiental	Impacto Previsto	O aumento da população temporária devido à contratação de mão de obra e serviços terceirizados pode gerar tensões sociais e aumento da violência urbana, especialmente em áreas vulneráveis. A busca por convívio social pode levar ao crescimento de práticas como prostituição, uso de drogas e aumento da criminalidade, exigindo maior atuação do poder público em segurança e fiscalização. Esse risco socioambiental pode afetar a qualidade de vida da população local e a imagem do empreendimento, sendo parcialmente mitigável com ações de conscientização e articulação com órgãos públicos.	População local, trabalhadores, poder público	Área da planta (HEFA); Município de São Francisco do Conde; Comunidades mais próximas ao empreendimento
Perturbação da dinâmica dos fluxos do tráfego local	Impacto Previsto	A implantação da dutovia exigirá a movimentação de até 900 trabalhadores, além do transporte de materiais e equipamentos por vias urbanas e rodovias locais, como a BA-523 e a avenida Milton Bahia Ribeiro. Esse aumento no tráfego pode gerar lentidão, riscos de acidentes e incômodos à população dos municípios de Madre de Deus e São Francisco do Conde, especialmente em áreas com uso residencial, comercial e industrial. O impacto previsto é cumulativo, pois se soma aos problemas de mobilidade já	Comunidade local, motoristas, comerciantes, poder público local	<u>São Francisco do Conde</u> : Caípe de Baixo; Caípe de Cima; Curupeba-Colmonte; Socorro; Centro e outros bairros da Sede. <u>Madre de Deus</u> : Cação; Suape; Curupeba-Maria Quitéria; Quitéria; Marezinha

Fator	Impacto, Impacto Previsto ou Preocupação	Descrição	Categoria de Partes Interessadas	Local de Ocorrência
		existentes, e pode afetar a rotina dos moradores, exigindo alterações em seus deslocamentos diários. Embora temporário e reversível, é significativo e demanda medidas mitigadoras como sinalização, controle de tráfego e comunicação com a população.		
Interferências no cotidiano da população local	Impacto Previsto	A fase de implantação da dutovia resultará em aumento significativo da circulação de pessoas e veículos no entorno do empreendimento, especialmente durante o pico das obras da dutovia, com a geração de cerca de 900 empregos. Isso acarretará maior fluxo viário, ruídos e emissão de material particulado, afetando a qualidade de vida da população local. Com isso, prevê-se engarrafamentos, incômodos sonoros, desconforto respiratório e alterações na rotina diária.	Moradores, trabalhadores e comerciantes locais	<u>São Francisco do Conde</u>: Caípe de Baixo; Caípe de Cima; Curupeba-Colmonte; Socorro; Centro e outros bairros da Sede. <u>Madre de Deus</u>: Cação; Suape; Curupeba-Maria Quitéria; Quitéria; Marezinha

Fonte: AFRY, 2025; H&P, 2025.

8. ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DE ENGAJAMENTO

As estratégias de engajamento descritas a seguir no Quadro 8-1 são recomendações orientadas pelas melhores práticas de engajamento e, por sua vez, subsidiaram a elaboração as estratégias e atividades de engajamento das operações vinculadas à produção de combustíveis renováveis pela Acelen Renováveis. Essas orientações deverão ser confirmadas e revisadas pelo Projeto no Plano Executivo de Engajamento de Stakeholders.

QUADRO 8-1 - ESTRATÉGIAS DE ENGAJAMENTO

Estratégias		Exemplos de atividades sugeridas	Periodicidade
Monitorar	- Monitorar para avaliar a evolução do esclarecimento e posicionamento das partes interessadas que manifestaram dúvidas, restrições ou posicionamento desfavorável ao empreendimento.	• Monitorar menções à Acelen Renováveis em veículos de mídia e redes sociais; • Acompanhar eventos e discussões regulares; • Realizar pesquisa de percepção sobre o empreendimento; • Elaborar relatórios periodicamente.	Contínuo, com revisões trimestrais e relatórios semestrais
Informar	- Divulgar as informações e manter as partes interessadas informadas sobre o desenvolvimento do empreendimento, seus potenciais impactos, as medidas de gestão e de investimentos sociais implementados. Essas ações têm como objetivo garantir que todas as partes interessadas tenham fluxo de informações contínuo sobre o empreendimento e de disponibilizar canal de comunicação que torne possível o contato sistemático e contínuo entre empreendedor e suas partes interessadas.	• Elaborar materiais de comunicação: FAQ, folheto, vídeo institucional, Landing page; • Realizar reuniões: grupos focais, fóruns públicos; • Mecanismo para recebimento e tratamento de Queixas, Reclamações e Sugestões: Alô Acelen.	Início imediato e manutenção mensal; materiais atualizados a cada fase do projeto
Consultar	- Ouvir periodicamente as partes interessadas para levantar suas percepções e interesses, assim como suas questões e sugestões relacionadas ao empreendimento.	• Realizar diálogos individuais; • Realizar grupos focais, oficinas; • Realizar pesquisa de percepção sobre o empreendimento; • Realizar consultas periódicas.	Antes de marcos críticos (licenciamento, início de obras) e revisões anuais
Desenvolver Parcerias	- Estabelecer parcerias específicas para apoiar estudos adicionais e para o desenvolvimento e implementação de medidas de gestão relacionadas às questões do processo de implantação do empreendimento e seus potenciais impactos, e investimentos sociais; - Caso seja definida a criação dessas parcerias, articular com os potenciais parceiros os termos e responsabilidades, garantindo alinhamento sobre objetivos e atividades; e - Implementar medidas de gestão voltadas à mitigação dos impactos do empreendimento, buscando sempre objetivos comuns e sinergia com os parceiros envolvidos.	• Identificar fóruns públicos / de classe para participação; • Sistematizar as necessidades, recursos e objetivos da empresa e dos potenciais parceiros para desenvolvimento de projetos (ex. avaliação e capacitação de mão de obra); • Desenhar programa em conjunto com o parceiro.	Planejamento nos primeiros 6 meses, a partir do início das obras de implementação; implementação ao longo do ciclo do projeto
Capacitar	- Capacitar as partes interessadas internas para a implementação das ações de engajamento (como participação em fóruns, debates, entrevistas, audiência pública); e - Ações de capacitação para equipe interna para garantir um alinhamento de discurso sobre o empreendimento e posicionamento da empresa, bem como para executar as ações / táticas previstas.	• Nivelamento de informações sobre o empreendimento; • Realização de simulados de apresentação e debates; • Unificação do discurso sobre as questões chaves a serem divulgadas; • Treinamento em técnicas de consulta; • Oficinas específicas de capacitação.	Antes do início das ações de engajamento; reciclagens anuais
Mapear Oportunidades de Investimento Social	Mapear oportunidades de investimento social para minimizar os impactos negativos e maximizar os efeitos positivos do empreendimento.	• Mapear os projetos / investimentos sociais existentes; • Identificar oportunidades de investimentos sociais; • Definir critérios de investimento social.	Primeiros 3 a 6 meses a partir do início das obras de implementação; atualização anual
Empoderar Capacitar	- Empoderar algumas partes interessadas para incluí-las no processo de diálogo sobre o empreendimento, seus impactos e ações mitigadoras e compensatórias. Essa estratégia prevê atividades de consulta, divulgação de informações, capacitação, incorporação gradual em fóruns de diálogo e decisórios.	• Identificar as necessidades das partes interessadas selecionadas; • Auxiliar essas partes interessadas a implementar ações de comunicação e articulação junto às comunidades que representam; • Fomentar a participação das partes interessadas nos processos de decisão local.	Após fase inicial de consulta; acompanhamento contínuo

Fonte: ERM, 2025

Considerando as estratégias de engajamento alinhadas no Quadro 8-1, foram definidas atividades, apresentadas em três etapas: 1. Planejamento das Medidas (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**); 2. Execução/Implementação das Medidas, em que foram agrupados os riscos e impactos das partes interessadas levantados no Capítulo 7 (Quadro 8-3); e 3. Monitoramento das Medidas (Quadro 8-4). Destaca-se que todas as ações de engajamento sejam registradas em atas das reuniões realizadas com as partes interessadas, lista de presença, registros fotográficos etc., de modo que seja possível aferir os resultados do engajamento.

É extremamente importante que todas as reclamações recebidas durante as interações presenciais com as partes interessadas sejam registradas juntamente com os registros dos canais de comunicação com a empresa. Tal procedimento se faz necessário para garantir que as partes interessadas tenham devolutivas sobre eventuais reclamações realizadas nas interações presenciais com os representantes da empresa. Os canais de comunicação com a empresa deverão ser divulgados em todas as interações com as partes interessadas.

QUADRO 8-2 – ETAPA 1: PLANEJAMENTO DAS MEDIDAS DE ENGAJAMENTO

Tarefas	Resultados e Produtos Esperados	Público-Alvo	Periodicidade	Responsável
Atividade #1.1: Mobilizar a equipe responsável pela implementação do Plano de Engajamento				
Esta ação consiste na definição dos recursos humanos e financeiros para o desenvolvimento e implementação geral do Plano de Engajamento.				
Devem ser definidos, no mínimo, os seguintes profissionais: a) Profissionais de Sustentabilidade; b) Profissionais de Responsabilidade Social, dedicados às interações diretas com as partes interessadas; c) Profissionais da área de meio ambiente para fornecer informações para serem divulgadas às partes interessadas, por exemplo, das medidas de gestão dos impactos; d) Profissionais de gestão dos canais de comunicação; e) Profissionais responsáveis pelas obras para fornecer informações, por exemplo sobre o avanço das obras e/ou interrupção de vias de acesso. Esta ação também visa à definição da cadeia de reporte entre a área de gestão do engajamento e as demais áreas corporativas da empresa. Para estas funções, podem ser destacados profissionais já existentes no quadro de funcionários da empresa, ou contratados novos profissionais com experiência e perfil proporcionais aos impactos e aos temas de engajamento definidos.	Não se aplica	Equipes da Acelen Renováveis responsáveis pelo engajamento	Pontual	Sustentabilidade / RH
Atividade #1.2: Capacitação da equipe responsável pela implementação do Plano de Engajamento				
Esta ação consiste na realização de treinamentos voltados às competências necessárias para que os profissionais responsáveis pela implementação do Plano de Engajamento estejam aptos a conduzir interações, sistematizar informações e responder às demandas das partes interessadas.				
Os conteúdos serão definidos conforme o nível de experiência e as atribuições dos profissionais envolvidos, sendo organizados em uma Matriz de Competências. A quantidade e a carga horária dos treinamentos também serão estabelecidas com base nesses fatores.				
Os profissionais responsáveis pelo atendimento dos canais deverão receber treinamento específico para garantir a padronização dos registros. Além disso, todos os novos profissionais contratados para atuar na gestão do engajamento deverão participar dos treinamentos previstos no Plano de Treinamento, conforme a Matriz de Competências.				
Definir a matriz de competências dos profissionais de engajamento;	Matriz de Competências dos profissionais de engajamento: documento estruturado com competências técnicas e comportamentais, níveis de proficiência e atribuições por função	Equipes da Acelen Renováveis responsáveis pelo engajamento	Pontual (fase inicial do plano)	Sustentabilidade (coordenação da matriz) / RH (estruturação da matriz) / Responsabilidade Social
Identificar junto à equipe interna as oportunidades de treinamento para preenchimento da matriz de capacidades;	Plano de Treinamento: lista consolidada de <i>gaps</i> e sugestões de treinamentos, validada pela equipe		Pontual (logo após definição da matriz)	RH (levantamento) / Responsabilidade Social (validação das necessidades)
Definir agenda de treinamentos com base nas sugestões da equipe interna;	Plano de Treinamento: cronograma detalhado com datas, carga horária, instrutores e público-alvo		Revisões trimestrais	RH (planejamento) / Sustentabilidade (aprovação)
Realizar os treinamentos propostos; e	Relatórios de execução (presença, carga horária cumprida, conteúdos abordados)		Conforme cronograma (por exemplo: mensal, bimestral ou por demanda)	RH (execução) / Instrutores internos ou externos
Avaliar aproveitamento da equipe interna nos treinamentos realizados.	Relatório de avaliação (testes, feedback, indicadores de aprendizado)		Após cada treinamento	RH (avaliação técnica) / Sustentabilidade (análise estratégica)
Atividade #1.3: Definição do nível e linguagem apropriada para divulgação de informação nos eventos de interação e elaboração dos materiais informativos e de comunicação institucional				
A definição dos critérios para divulgação das informações sobre a implantação do projeto é uma etapa essencial.				
Conforme a AA1000 (2015, p. 23), os limites de divulgação determinam quais informações podem ser compartilhadas pelos responsáveis pelo engajamento e quais podem ser divulgadas pelas partes interessadas fora do processo formal de engajamento.				
Também é necessário estabelecer quais grupos de partes interessadas terão acesso a informações estratégicas. As informações do projeto devem ser classificadas por níveis, associados a técnicas específicas de comunicação e aos tipos de partes interessadas autorizadas a acessá-las.				
Os materiais informativos e de comunicação devem ser adaptados culturalmente ao perfil das partes interessadas e dos receptores dos impactos do projeto. Podem ser utilizados meios impressos, digitais e audiovisuais, priorizando aqueles com recursos gráficos variados e de fácil compartilhamento.				
Não há restrição quanto à quantidade de partes interessadas que terão acesso aos materiais, porém deve-se dar prioridade às partes interessadas classificadas como prioritárias na análise realizada. Os materiais de divulgação ampla devem contemplar as temáticas detalhadas neste plano e ser produzidos conforme o cronograma de implantação das obras.				
Elaborar o FAQ (<i>Frequently Asked Questions</i>) e apresentações para reuniões institucionais e com comunidades	Materiais informativos e de comunicação institucional, em meios impressos e digitais.	Todas as partes interessadas com enfoque para aquelas definidas como prioritárias na classificação e análise de partes interessadas.	Antes de cada ciclo de reuniões (ex.: trimestral ou conforme calendário de engajamento)	Comunicação Corporativa (conteúdo e design) / Responsabilidade Social (validação)

Tarefas	Resultados e Produtos Esperados	Público-Alvo	Periodicidade	Responsável
Elaborar materiais informativos			Mensal ou bimestral	Comunicação Corporativa (produção) / Meio Ambiente (informações técnicas) / Equipe de Obras (atualizações sobre cronograma) / Responsabilidade Social
Priorizar a contratação de fornecedores locais para design e impressão dos materiais informativos impressos e materiais informativos digitais e audiovisuais para compartilhamento em redes sociais.			Pontual, no início do projeto e revisões anuais	Comunicação Corporativa / Responsabilidade Social

Fonte: ERM, 2025.

QUADRO 8-3 – ETAPA 2: IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS DE ENGAJAMENTO

Descrição da Atividade	Tarefas	Resultados e Produtos Esperados	Público-Alvo	Periodicidade	Responsável
ATIVIDADE #2.1: ENGAJAMENTO SOBRE IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE GESTÃO					
Grupo Temático dos Impactos Previstos ⁴ : Gestão dos impactos das obras					
Impactos Previstos a serem endereçados nesta Atividade: Intensificação dos processos erosivos e de assoreamento; Alteração da qualidade das águas superficiais; Alterações na qualidade do solo e/ou da água subterrânea devido à presença de passivo ambiental; Alteração da qualidade do ar; Alteração na qualidade do solo e/ou das águas devido à disposição inadequada de resíduos; Alteração na qualidade do solo e/ou das águas devido à disposição inadequada de resíduos perigosos; Poluição Sonora; Perda de vegetação e afugentamento da fauna; Proliferação de vetores de incômodo e doenças; Aumento da pressão de caça; Alteração da paisagem natural.					
Promover ações de comunicação, diálogo e educação ambiental sobre os impactos ambientais e as medidas de gestão adotadas durante as obras. Incluir equipe de meio ambiente nas reuniões para divulgar as ações implementadas pela empresa, bem como para dialogar e levantar as percepções das partes interessadas sobre gestão ambiental durante as obras	Criação de grupo de trabalho ou utilização dos fóruns já estabelecidos no âmbito dos CCCs com comunidades afetadas e realização de reuniões informativas sobre as medidas de gestão e programas ambientais implementados durante as obras e os seus resultados;	- Grupo formalmente constituído; - Atas das reuniões; - Registro das percepções das partes interessadas	<u>Lideranças comunitárias e moradores das comunidades do entorno (incluindo comunidades quilombolas)</u> : Monte Recôncavo; Ilha do Paty; Praia Grande; Porto dos Cavalos; Martelo; Ponta Grossa; Bananeiras; Maracanã; Caípe de Baixo; Caípe de Cima; Curupeba-Colmonte; Socorro; Cação; Suape; Curupeba-Maria Quitéria; Quitéria; Marezinha; São Francisco do Conde - Sede urbana; Madre de Deus - Sede urbana; Candeias - Sede urbana. <u>OSCs</u> : a serem identificadas em fase posterior do engajamento <u>Associações e/ou colônia de pescadores</u> : Colônia de Pescadores Z-48.	Trimestral (reuniões) e pontual para criação do grupo	Meio Ambiente (conteúdo técnico) / Responsabilidade Social (coordenação)
	Divulgar através dos materiais informativos as medidas de gestão e programas ambientais implementados durante as obras, bem como os seus resultados;	- Materiais impressos e digitais com informações atualizadas; - Relatórios de distribuição	<u>Lideranças comunitárias e moradores das comunidades do entorno (incluindo comunidades quilombolas)</u> : Monte Recôncavo; Ilha do Paty; Praia Grande; Porto dos Cavalos; Martelo; Ponta Grossa; Bananeiras; Maracanã; Caípe de Baixo; Caípe de Cima; Curupeba-Colmonte; Socorro; Cação; Suape; Curupeba-Maria Quitéria; Quitéria; Marezinha; São Francisco do Conde - Sede urbana; Madre de Deus - Sede urbana; Candeias - Sede urbana. <u>OSCs</u> : a serem identificadas em fase posterior do engajamento <u>Associações e/ou colônia de pescadores</u> : Colônia de Pescadores Z-48. <u>Comunidade escolar (alunos e professores)</u> : a serem identificadas em fase posterior do engajamento	Mensal ou conforme marcos das obras	Meio Ambiente (conteúdo técnico) / Responsabilidade Social (coordenação)
	Realizar campanhas educativas para preservação ambiental por meio do Programa de Educação Ambiental (PEA);	- Relatórios de execução das campanhas; - Materiais educativos; - Registro de participação	<u>Lideranças comunitárias e moradores das comunidades do entorno (incluindo comunidades quilombolas)</u> : Monte Recôncavo; Ilha do Paty; Praia Grande; Porto dos Cavalos; Martelo; Ponta Grossa; Bananeiras; Maracanã; Caípe de Baixo; Caípe de Cima; Curupeba-Colmonte; Socorro; Cação; Suape; Curupeba-Maria Quitéria; Quitéria; Marezinha; São Francisco do Conde - Sede urbana; Madre de Deus - Sede urbana; Candeias - Sede urbana.	Semestral ou conforme cronograma do Programa de Educação Ambiental (PEA)	Equipe de Meio Ambiente (coordenação técnica) / Responsabilidade Social (coordenação) / Comunicação Corporativa

⁴ Impactos previstos no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para a Planta de Produção de Combustíveis Renováveis (AFRY, 2025) e no Relatório de Análise de Impacto Ambiental (RAIA) relativo à expansão das dutovias utilizadas nas operações do Terminal Madre de Deus (H&P, 2025).

Descrição da Atividade	Tarefas	Resultados e Produtos Esperados	Público-Alvo	Periodicidade	Responsável
			<i>OSCs: a serem identificadas em fase posterior do engajamento</i> <u>Comunidade escolar (alunos e professores): a serem identificadas em fase posterior do engajamento</u>		
	Divulgar canais de comunicação.	- Lista atualizada dos canais; - Materiais com instruções de acesso; - Monitoramento de uso	Todos as partes interessadas	Contínuo (com revisões trimestrais)	Comunicação Corporativa / Responsabilidade Social (coordenação)

ATIVIDADE #2.2: TRANSPARÊNCIA SOBRE OPORTUNIDADES E BENEFÍCIOS SOCIOECONÔMICOS
Grupo Temático dos Impactos Previstos: Dinâmica Econômica, Empregabilidade e Investimentos Sociais
Impactos Previstos a serem endereçados nesta Atividade: Geração de expectativa na população; Dinamização da economia local; Geração de empregos temporários diretos e indiretos; Aumento na arrecadação tributária.

Informar sobre vagas de emprego, critérios de contratação e de priorização da mão de obra; e benefícios econômicos gerados durante as obras.	Realizar reuniões informativas sobre: (a) as vagas de emprego, perfil da mão de obra contratada, critérios de seleção da mão de obra local; locais e formas de inscrição para as vagas de emprego; percentual de mão de obra local contratada; (b) Sobre os bens e serviços que serão contratados localmente; requisitos para contratação de fornecedores locais; passo a passo para cadastro de fornecedores / comércio local; (c) Sobre a política e os critérios para seleção dos investimentos sociais, informar sobre os investimentos sociais e os seus resultados.	- Atas das reuniões - Registro das percepções das partes interessadas - Lista de presença - Relatórios consolidados sobre dúvidas e encaminhamentos	<u>Lideranças comunitárias e moradores das comunidades do entorno (incluindo comunidades quilombolas) e comerciantes locais:</u> Monte Recôncavo; Ilha do Paty; Praia Grande; Porto dos Cavalos; Martelo; Ponta Grossa; Bananeiras; Maracanã; Caípe de Baixo; Caípe de Cima; Curupeba-Colmonte; Socorro; Cação; Suape; Curupeba-Maria Quitéria; Quitéria; Marezinha; São Francisco do Conde - Sede urbana; Madre de Deus - Sede urbana; Candeias - Sede urbana. <u>Comerciantes Locais</u>	Trimestral ou conforme marcos do projeto	Responsabilidade Social (coordenação) / RH (informações sobre vagas) / Suprimentos (informações sobre fornecedores) / / Equipe de Obras
	Divulgar, através de materiais informativos, as informações sobre os benefícios socioeconômicos gerados durante as obras (nº total de contratados, nº de contratados locais, valor das aquisições no comércio local, os investimentos sociais realizados e os seus resultados etc.).	- Materiais impressos e digitais atualizados - Relatórios de distribuição - Infográficos com indicadores socioeconômicos	<u>Lideranças comunitárias e moradores das comunidades do entorno (incluindo comunidades quilombolas) e comerciantes locais:</u> Monte Recôncavo; Ilha do Paty; Praia Grande; Porto dos Cavalos; Martelo; Ponta Grossa; Bananeiras; Maracanã; Caípe de Baixo; Caípe de Cima; Curupeba-Colmonte; Socorro; Cação; Suape; Curupeba-Maria Quitéria; Quitéria; Marezinha; São Francisco do Conde - Sede urbana; Madre de Deus - Sede urbana; Candeias - Sede urbana.	Mensal ou conforme atualização dos indicadores	Comunicação Corporativa (produção) / RH (mão de obra) / Suprimentos (fornecedores) / Responsabilidade Social (investimentos sociais) / Equipe de Obras
	Divulgar canais de comunicação.	- Lista atualizada dos canais - Materiais com instruções de acesso - Relatórios de monitoramento de uso	Todos as partes interessadas	Contínuo (com revisões trimestrais)	Comunicação Corporativa / Responsabilidade Social (coordenação)

ATIVIDADE #2.3: COMUNICAÇÃO SOBRE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO
Grupo Temático dos Impactos Previstos: Patrimônio Cultural
Impactos Previstos a serem endereçados nesta Atividade: Interferência ao patrimônio histórico e arqueológico

Informar sobre medidas de proteção e envolvimento de especialistas.	Divulgar achados e medidas de preservação;	- Relatórios e comunicados sobre achados - Materiais informativos (impressos e digitais) - Registro das percepções das partes interessadas	<u>Lideranças comunitárias e moradores das comunidades do entorno (incluindo comunidades quilombolas):</u> Monte Recôncavo; Ilha do Paty; Praia Grande; Porto dos Cavalos; Martelo; Ponta Grossa; Bananeiras; Maracanã; Caípe de Baixo; Caípe de Cima; Curupeba-Colmonte; Socorro; Cação; Suape; Curupeba-Maria Quitéria; Quitéria; Marezinha; São Francisco do Conde - Sede urbana; Madre de Deus - Sede urbana; Candeias - Sede urbana. <i>OSCs: a serem identificadas em fase posterior do engajamento.</i> <u>Comunidade escolar (alunos e professores): a serem identificadas em fase posterior do engajamento</u> <u>Poder Público:</u> Órgãos relacionados ao patrimônio histórico e arqueológico, pesquisadores. <u>Pesquisadores/Comunidade científica:</u> a serem identificadas em fase posterior do engajamento	Pontual, sempre que houver achados ou medidas relevantes	Equipe de Meio Ambiente (coordenação técnica) / Comunicação Corporativa (divulgação) / Consultores especializados em patrimônio cultural
	Realizar campanhas educativas por meio do Programa de Educação Patrimonial, caso	- Materiais educativos - Relatórios de execução das campanhas	<u>Lideranças comunitárias e moradores das comunidades do entorno (incluindo comunidades</u>	Semestral ou conforme identificação de	Equipe de Meio Ambiente (coordenação) / Responsabilidade Social

Descrição da Atividade	Tarefas	Resultados e Produtos Esperados	Público-Alvo	Periodicidade	Responsável
	sejam identificados bens arqueológicos;	- Registro de participação	<u>quilombolas</u> : Monte Recôncavo; Ilha do Paty; Praia Grande; Porto dos Cavalos; Martelo; Ponta Grossa; Bananeiras; Maracanã; Caípe de Baixo; Caípe de Cima; Curupeba-Colmonte; Socorro; Cação; Suape; Curupeba-Maria Quitéria; Quitéria; Marezinha; São Francisco do Conde - Sede urbana; Madre de Deus - Sede urbana; Candeias - Sede urbana. <i>OSCs: a serem identificadas em fase posterior do engajamento.</i> <u>Comunidade escolar (alunos e professores)</u> : a serem identificadas em fase posterior do engajamento	bens arqueológicos	(mobilização) / Consultores especializados
	Divulgar canais de comunicação	- Lista atualizada dos canais - Materiais com instruções de acesso - Relatórios de monitoramento de uso	Todos as partes interessadas	Contínuo (com revisões trimestrais)	Comunicação Corporativa (gestão dos canais) / Responsabilidade Social (coordenação)

ATIVIDADE #2.4: GESTÃO PARTICIPATIVA DE RISCOS SOCIAIS E MOBILIDADE
Grupo Temático dos Impactos Previstos: Riscos Sociais
Impactos Previstos a serem endereçados nesta Atividade: Risco socioambiental (relativo ao aumento da população temporária); Interferências no cotidiano da população local.

Promover diálogo sobre riscos sociais e impactos no cotidiano.	Divulgar canais de comunicação	- Lista atualizada dos canais - Materiais com instruções de acesso - Relatórios de monitoramento de uso	Todos as partes interessadas	Contínuo (com revisões trimestrais)	Comunicação Corporativa / Responsabilidade Social (coordenação)
	Criação de grupo de trabalho / realização de reuniões bimestrais para as organizações da sociedade civil, principalmente, com movimentos organizados de mulheres e de proteção à infância;	- Grupo formalmente constituído - Atas das reuniões - Registro das percepções - Lista de presença	<u>Poder Público</u> : - Autoridades locais, responsáveis pelos serviços públicos de assistência social: Conselho Tutelar, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (caso haja), Secretaria de Assistência Social, Centro de Referência de Assistência Social. <i>OSCs: a serem identificadas em fase posterior do engajamento.</i> <u>Mulheres e meninas da área de influência do projeto</u> : Monte Recôncavo; Ilha do Paty; Praia Grande; Porto dos Cavalos; Martelo; Ponta Grossa; Bananeiras; Maracanã; Caípe de Baixo; Caípe de Cima; Curupeba-Colmonte; Socorro; Cação; Suape; Curupeba-Maria Quitéria; Quitéria; Marezinha; São Francisco do Conde - Sede urbana; Madre de Deus - Sede urbana; Candeias - Sede urbana; Catu - Sede urbana; Salvador - Sede urbana.	Bimestral	Responsabilidade Social (coordenação)
	Criação de grupo de trabalho / realização de reuniões bimestrais com órgãos de segurança pública para tratar de questões relacionadas a violência em geral, principalmente, de gênero;	- Grupo formalmente constituído - Atas das reuniões - Relatórios sobre encaminhamentos	<u>Poder Público</u> : - Autoridades locais, responsáveis pelos serviços públicos de segurança: 04ª COORPIN - Polícia Civil de Cachoeira; Polícia Rodoviária Federal; Bombeiros Militares de Cachoeira; Polícia Ambiental de Cachoeira; Corpo de Bombeiros Militar – MG e BA.	Bimestral	Responsabilidade Social (coordenação) / Relações Institucionais / Assessoria Jurídica (apoio normativo)
	Criação de grupos de trabalho e realização de reuniões mensais, conduzidas separadamente, para os seguintes grupos específicos: (a) Comunidades quilombolas – realizar reuniões com o grupo e também separadas com as mulheres quilombolas; (b) Pescadores artesanais, associações e colônia de pescadores – realizar reuniões específicas com o grupo e separadas entre pescadores e marisqueiras, por exemplo; (c) Conselho Tutelar e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente; (d) Apoiar a criação, fortalecimento e o engajamento de comitês municipais de enfretamento da violência contra (i) Mulheres e (ii) Crianças e Adolescentes (recomenda-se a criação de dois comitês distintos).	- Atas das reuniões - Registro das percepções - Relatórios de participação - Documentos de criação/fortalecimento dos comitês	<u>Comunidades quilombolas, pescadores e marisqueiras</u> : Monte Recôncavo; Ilha do Paty; Praia Grande; Porto dos Cavalos; Martelo; Ponta Grossa; Bananeiras; Maracanã; Caípe de Baixo; Caípe de Cima; Curupeba-Colmonte; Socorro; Cação; Suape; Curupeba-Maria Quitéria; Quitéria; Marezinha; São Francisco do Conde - Sede urbana; Madre de Deus - Sede urbana; Candeias - Sede urbana; Catu - Sede urbana; Salvador - Sede urbana. - <u>Conselhos municipais/comitês de enfrentamento à violência</u> : a serem identificadas em fase posterior do engajamento.	Mensal	Responsabilidade Social (mobilização) / Assessoria Jurídica (apoio normativo)

Descrição da Atividade	Tarefas	Resultados e Produtos Esperados	Público-Alvo	Periodicidade	Responsável
Grupo Temático dos Impactos Previstos: Mobilidade					
Impactos Previstos a serem endereçados nesta Atividade: Perturbação da dinâmica dos fluxos do tráfego local; Interferências no cotidiano da população local.					
Promover diálogo sobre alterações no tráfego promovidas pelas obras e impactos no cotidiano.	Seguir orientações do Plano de Gestão do Tráfego para comunicar antecipadamente as interrupções e impactos nas vias de acesso.	- Comunicados oficiais - Relatórios de aviso prévio - Registro das percepções das partes interessadas	<u>Moradores:</u> São Francisco do Conde; Madre de Deus; Candeias. <u>Poder Público:</u> - Autoridades locais, responsáveis pelos serviços públicos de trânsito: Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (DETRAN-BA)	Pontual, sempre que houver alteração no tráfego	Equipe de Obras (coordenação técnica) / Comunicação Corporativa (divulgação) / Responsabilidade Social
	Realizar reuniões com usuários da rodovia BA-523, avenida Milton Bahia Ribeiro e demais vias do entorno das obras;	- Atas das reuniões - Lista de presença - Relatórios de encaminhamentos	<u>Moradores:</u> São Francisco do Conde; Madre de Deus; Candeias. <u>Poder Público:</u> - Autoridades locais, responsáveis pelos serviços públicos de trânsito: Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (DETRAN-BA)	Mensal ou conforme cronograma das obras	Responsabilidade Social (coordenação) / / Equipe de Obras
	Divulgar por meio de materiais informativos e carros de som com a máxima antecedência a necessidade de interrupções nas vias de acesso.	- Materiais impressos e digitais - Relatórios de distribuição - Registro das ações com carros de som	<u>Moradores:</u> São Francisco do Conde; Madre de Deus; Candeias.	Pontual, com antecedência mínima de 7 dias antes da intervenção	Comunicação Corporativa (produção e execução) / Equipe de Obras (informações técnicas) / Responsabilidade Social

ATIVIDADE #2.5: FORTALECIMENTO DA CULTURA ORGANIZACIONAL E CANAIS DE DENÚNCIA					
Grupo Temático dos Impactos Previstos: Conduta Ética e Relações de Trabalho					
Impactos Previstos a serem endereçados nesta Atividade: Assédio moral e sexual; Descumprimento de normas e políticas internas; Violação das leis trabalhistas.					

Promover ações de sensibilização sobre ética no trabalho e garantir canais eficazes de escuta e denúncia.	Realizar treinamentos sobre ética e direitos trabalhistas;	- Relatórios de execução dos treinamentos - Lista de presença - Avaliação de aproveitamento	Trabalhadores diretos e terceirizados, RH, lideranças	Mensal	RH (coordenação) / Sustentabilidade / Compliance (conteúdo)
	Divulgar políticas internas e distribuir código de conduta;	- Materiais impressos e digitais - Registro de distribuição - Relatórios de alcance	Trabalhadores diretos e terceirizados; lideranças corporativas	Pontual (no início do projeto) e revisão anual	RH / Comunicação Corporativa / Compliance
	Realizar campanhas educativas sobre assédio moral, sexual, respeito no ambiente de trabalho e respeito às comunidades e população em geral, incluindo alta liderança e trabalhadores em geral.	- Materiais educativos-Relatórios de execução-Registro de participação	Alta liderança; trabalhadores diretos e terceirizados	Semestral	RH / Comunicação Corporativa / Compliance
	Criação e divulgação de protocolo interno para atender casos de violência com base no gênero.	- Documento do protocolo - Materiais explicativos - Relatórios de implementação	RH; lideranças corporativas; trabalhadores diretos e terceirizados	Pontual, com revisões anuais	RH / Assessoria Jurídica / Compliance
	Divulgar canais de denúncia anônima	- Lista atualizada dos canais - Materiais com instruções de acesso - Relatórios de monitoramento de uso	Todos as partes interessadas	Contínuo (com revisões trimestrais)	Comunicação Corporativa (divulgação) / Responsabilidade Social / Compliance

Fonte: ERM, 2025

QUADRO 8-4 – ETAPA 3: INDICADORES DE MONITORAMENTO DAS MEDIDAS DE ENGAJAMENTO

Grupo Temático	Indicadores (KPIs)	Método de Coleta	Meta / Referência	Periodicidade
Gestão dos impactos das obras	- Nº de reuniões realizadas; - Nº de participantes por reuniões; - Nº de reclamações recebidas e resolvidas; - Grau de satisfação da comunidade com as ações ambientais; - Nº de campanhas de PEA; - Nº de participantes do PEA.	- Relatórios de atividades; - Formulários de avaliação; e - Registros dos canais de comunicação.	≥ 1 reunião/bimestre; ≥ 75% de satisfação; 100% das reclamações respondidas; e Redução progressiva das reclamações sobre o tema.	Bimestral
Dinâmica Econômica e Empregabilidade	- Nº de reuniões realizadas; - Nº total de vagas emprego durante as obras x nº de pessoas locais (contratadas da comunidade); - Nº de fornecedores contratados x nº de fornecedores locais contratados; - Valor total dos investimentos sociais realizados x valor dos investimentos sociais realizados por comunidade e por tema;	- Relatórios de RH; - Relatórios de investimentos sociais - Registros de reuniões; e - Canais de comunicação.	≥ 20% das vagas preenchidas localmente; ≥ 1 reunião/bimestre; ≥ 75% de satisfação; 100% das reclamações respondidas; Redução progressiva das reclamações sobre o tema.	Bimestral

Grupo Temático	Indicadores (KPIs)	Método de Coleta	Meta / Referência	Periodicidade
	- Nº de reclamações recebidas e resolvidas			
Patrimônio Cultural	- Nº de reuniões com órgãos de patrimônio; - Nº de achados divulgados.	- Relatórios técnicos; - Atas de reuniões; e - Canais de comunicação.	100% dos achados comunicados; 100% das medidas implementadas.	Conforme necessidade
Riscos Sociais e Mobilidade	- Nº de reuniões realizadas x público; - Nº de interrupções dos acessos realizados x nº de interrupções dos acessos divulgados; e - Nº de ocorrências sociais registradas.	- Atas de reuniões; - Canais de comunicação; - Relatórios dos órgãos de segurança pública; e - Bases de dados oficiais	≥ 1 reunião/mês; ≥ 75% de satisfação; 100% das reclamações respondidas; Redução progressiva das reclamações sobre o tema; Criação de 2 comitês municipais (Mulheres e Crianças); Criação de grupos de trabalho temáticos (violência de gênero, quilombolas; pescadores artesanais/marisqueiras; violência e abuso infantil).	Mensal
Conduta Ética e Relações de Trabalho	- Nº de treinamentos realizados; - Nº de denúncias recebidas e resolvidas por tema	- Relatórios de RH; - Relatório de Compliance; - Canais de comunicação.	≥ 2 treinamentos/ano; 100% das reclamações apuradas; ≥ 80% de conhecimento declarado; ≥ 75% de satisfação; Redução progressiva das reclamações sobre o tema.	Trimestral

Fonte: ERM, 2025.

9. ASPECTOS-CHAVE E RECOMENDAÇÕES PARA O ENGAJAMENTO

Com base nas informações disponibilizadas pela Acelen Renováveis, os aspectos chaves e recomendações para o engajamento verificados durante o desenvolvimento do Plano de Engajamento são os seguintes:

- Atualizar e revisar o mapeamento de partes interessadas para identificar outras eventuais categorias relevantes;
- Classificar as partes interessadas (interesse e influência) com o envolvimento das diversas áreas da Acelen Renováveis com o objetivo de estabelecer um ranking de prioridade para a realização das consultas às partes interessadas e apoiar o planejamento e execução das atividades de engajamento;
- Realizar consulta com as partes interessadas internas e externas para revisar e validar as estratégias definidas neste plano;
- Definir os objetivos e níveis de engajamento (informar, colaborar, empoderar etc.) com base na classificação das partes interessadas e nos resultados de estudos ainda em desenvolvimento pela ERM e previstos na Etapa 3 do Plano de Engajamento. Estes estudos poderão fornecer mais detalhes sobre os impactos socioambientais e a classificação e priorização das partes interessadas.
- Monitorar e avaliar o progresso da Acelen Renováveis em direção ao engajamento de qualidade com as partes interessadas com base nos KPIs definidos no Plano de Engajamento;
- Revisar periodicamente o Plano de Engajamento e os resultados do engajamento e, sempre que necessário, implementar as melhorias necessárias; e
- Manter uma atuação proativa na gestão dos impactos socioambientais durante as obras, em especial, e na dutovia, fator preponderante para o sucesso do engajamento com as partes interessadas; considera-se que, sem a gestão dos impactos não há de fato o engajamento das partes interessadas.

O Plano de Engajamento ora proposto será revisado e validado durante o desenvolvimento da etapa 3. Além disso, os aspectos chaves e recomendações para o engajamento descritos anteriormente, sempre que pertinentes, também serão o foco da terceira fase do Plano de Engajamento.